

Maio de 2026

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AGENDA 2025 EM MOÇAMBIQUE

Progressos, Constrangimentos e Lições para o Desenvolvimento Pós-2025



IGC

DIRECTED BY



FUNDED BY





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AGENDA 2025 EM MOÇAMBIQUE

Progressos, Constrangimentos e Lições para o Desenvolvimento Pós-2025

Maputo, Maio de 2026

PREFÁCIO

Agenda 2025 constitui um dos principais instrumentos estratégicos de longo prazo adoptados por Moçambique, tendo sido concebida como uma visão nacional orientadora do processo de desenvolvimento económico, social e institucional do país. Resultante de um amplo processo participativo, a Agenda 2025 reflectia o compromisso colectivo de construir uma sociedade mais próspera, inclusiva e sustentável, assente no reforço do capital humano, na transformação da economia e na consolidação da governação.

Decorridas mais de duas décadas desde o início do seu horizonte temporal, torna-se essencial proceder a uma avaliação abrangente do grau de concretização dos seus objectivos, não apenas para aferir os progressos alcançados, mas também para identificar os desafios persistentes e extrair lições relevantes para o futuro. O presente relatório insere-se neste esforço, propondo uma análise sistemática do desempenho do país entre 2000 e 2025, com base em indicadores-chave que reflectem as principais dimensões do desenvolvimento.

A avaliação evidencia que Moçambique registou progressos significativos em áreas importantes, nomeadamente na expansão do acesso a serviços básicos, na melhoria de indicadores de saúde e educação e algum reforço da arquitectura institucional. Contudo, estes avanços não foram suficientes para assegurar uma transformação estrutural abrangente, persistindo desafios relevantes ao nível da inclusão económica, da qualidade das instituições e da sustentabilidade macroeconómica.

O relatório destaca igualmente a existência de um desfasamento entre a expansão das estruturas institucionais e a sua eficácia na produção de resultados, bem como entre o crescimento económico e a melhoria efectiva das condições de vida da população. Estes elementos apontam para a necessidade de uma reorientação estratégica do modelo de desenvolvimento, com maior enfoque na qualidade das políticas públicas, na eficiência da despesa e no reforço da capacidade institucional.

Importa sublinhar que o presente exercício de avaliação não pretende apenas analisar o passado, mas contribuir para uma reflexão informada sobre o futuro do país. As conclusões e recomendações aqui apresentadas visam apoiar a formulação de estratégias de desenvolvimento mais realistas, coerentes e orientadas para resultados, capazes de responder aos desafios estruturais identificados.

A elaboração deste relatório baseou-se na análise de dados provenientes de fontes oficiais nacionais e internacionais, incluindo o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Moçambique, as Contas Gerais do Estado e bases de dados do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, entre outras fontes. A abordagem adoptada combina análise quantitativa e qualitativa, procurando assegurar uma leitura integrada do processo de desenvolvimento.

O presente relatório constitui um instrumento de reflexão estratégica sobre a trajectória de Moçambique no período da Agenda 2025. O seu valor reside não apenas na identificação dos progressos alcançados, mas, sobretudo, na capacidade de evidenciar os constrangimentos estruturais que continuam a limitar o desenvolvimento do país e na apresentação de orientações que possam contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo, sustentável e resiliente.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Agenda 2025 constituiu o principal instrumento estratégico de longo prazo adoptado por Moçambique para orientar o desenvolvimento económico, social e institucional do país. A presente avaliação analisa o desempenho nacional entre 2000 e 2025, com base na evolução dos principais indicadores macroeconómicos, sociais e institucionais, procurando aferir o grau de realização dos objectivos definidos na visão estratégica nacional.

Os resultados da avaliação mostram que Moçambique registou progressos relevantes em vários domínios do desenvolvimento, particularmente na expansão do acesso aos serviços sociais básicos e na melhoria gradual de alguns indicadores de capital humano. Contudo, estes avanços revelaram-se insuficientes para assegurar transformação estrutural sustentável da economia, redução consistente da pobreza e fortalecimento robusto das instituições públicas.

No domínio das condições de vida, verificou-se expansão significativa do acesso a infra-estruturas básicas. A taxa de electrificação aumentou de 6% em 2000 para 36,8% em 2020, tendo acelerado nos últimos anos, passando para 61,4% em 2025, representando um aumento de 24,6 pontos percentuais em cinco anos. O acesso à água potável evoluiu de aproximadamente 36% em 2000 para 54% em 2020, tendo melhorando para 62% em 2024. Apesar destes avanços, persistiram fortes assimetrias territoriais, sobretudo entre zonas urbanas e rurais, limitando o impacto agregado das melhorias observadas.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou de aproximadamente 0,31 em 2000 para cerca de 0,49 em 2023, o que corresponde a um crescimento acumulado próximo de 58%. Não obstante esta evolução positiva, Moçambique manteve-se na categoria de baixo desenvolvimento humano. Paralelamente, a incidência da pobreza monetária reduziu-se de cerca de 69,4% no final da década de 1990 para aproximadamente 46,1% em 2014, representando uma redução de 23,3 pontos percentuais. Contudo, a partir de 2015 observou-se desaceleração deste progresso, associada à crise das dívidas não declaradas que levou a suspensão do apoio ao Orçamento do Estado, desaceleração económica, choques climáticos e no preço das *commodities*, terrorismo em Cabo Delgado e impactos económicos da pandemia da COVID-19.

No sector da saúde, os indicadores revelam melhorias graduais, mas consistentes. A esperança média de vida aumentou de aproximadamente 45 anos em 2000 para cerca de 62 anos em 2023. A mortalidade infantil reduziu-se de níveis superiores a 150 óbitos por mil nados vivos para cerca de 60 por mil em 2025, enquanto a mortalidade materna diminuiu de aproximadamente 900 mortes por 100 mil nados vivos para cerca de 452. O alargamento do tratamento antirretroviral permitiu aumentar significativamente a cobertura sanitária no combate ao HIV/SIDA, ultrapassando 1,5 milhões de beneficiários. Todavia, persistiram limitações estruturais relacionadas com escassez de recursos humanos, insuficiência de infra-estruturas e baixa qualidade dos serviços públicos de saúde.

Na educação, os progressos verificaram-se sobretudo na expansão do acesso ao ensino primário. A taxa líquida de matrícula aumentou de aproximadamente 56% em 2000 para mais de 95% em 2020, enquanto a taxa de alfabetização de adultos evoluiu de cerca de 47% para aproximadamente 71% em 2025. Registaram-se igualmente melhorias relevantes na paridade de género no sistema educativo. Contudo, o sector continuou condicionado por problemas estruturais ligados à qualidade do ensino, elevadas taxas de abandono escolar, insuficiência de infra-estruturas e reduzida articulação entre formação e necessidades efectivas do mercado de trabalho.

No plano económico, Moçambique registou períodos de crescimento relativamente elevado, particularmente durante parte da década de 2000, quando o crescimento médio do Produto Interno Bruto ultrapassou 7% ao ano. Contudo, este crescimento revelou-se pouco inclusivo e insuficientemente transformador. A estrutura produtiva manteve-se fortemente dependente da agricultura de subsistência e dos megaprojectos extractivos, com reduzido desenvolvimento industrial e limitada diversificação económica. O sector informal continuou a absorver mais de 80% da força de trabalho, limitando a capacidade de geração de emprego formal, produtividade e rendimento sustentável.

Ao nível macroeconómico e fiscal, o período em análise foi marcado por episódios recorrentes de instabilidade fiscal e cambial. A crise das dívidas não declaradas provocou deterioração significativa das contas públicas, aceleração da inflação, desvalorização cambial e aumento substancial da dívida pública. Apesar do alívio da dívida obtido no início dos anos 2000 através das iniciativas HIPC (Países Pobres Altamente Endividados) e MDRI (Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida), o país voltou a apresentar níveis elevados de endividamento, reduzindo o espaço fiscal necessário para financiar investimento público e serviços sociais.

No domínio da governação, registaram-se avanços institucionais importantes, incluindo expansão da administração pública, descentralização gradual e modernização parcial dos sistemas de gestão financeira do Estado. Contudo, estes progressos não foram acompanhados por melhorias proporcionais na eficácia institucional, transparência administrativa e controlo da corrupção. Persistiram fragilidades significativas ao nível do Estado de Direito, previsibilidade regulatória e capacidade efectiva de implementação de políticas públicas.

A análise integrada dos quatro pilares estratégicos demonstra que o desempenho global de Moçambique no quadro da Agenda 2025 se enquadra predominantemente no cenário “**Cágado**”, caracterizado por progresso gradual, desigual e insuficientemente transformador. Em determinados domínios, sobretudo na governação, sustentabilidade fiscal e estrutura produtiva, observaram-se características associadas ao cenário “Caranguejo”, reflectindo situações de estagnação e fragilidade estrutural. Em nenhum dos pilares avaliados o país atingiu um desempenho compatível com o cenário “Abelha”, correspondente a desenvolvimento dinâmico, inclusivo e sustentável.

Em termos de recomendações, a avaliação sugere que a fase pós-2025 poderá beneficiar de uma atenção reforçada a transformação estrutural da economia, a melhoria da qualidade do capital humano e o fortalecimento da eficácia das instituições públicas, para assegurar que o crescimento económico se traduza em maior produtividade, inclusão social e resultados concretos para os cidadãos.

Neste sentido, uma área que merece particular atenção é a transformação produtiva inclusiva. A experiência da Agenda 2025 sugere que o desenvolvimento futuro de Moçambique poderá depender progressivamente menos de ciclos de crescimento assentes em megaprojectos extractivos com ligações limitadas à economia doméstica, e mais da capacidade de ampliar a produtividade, a iniciativa empresarial, a agro-industrialização, a indústria ligeira, os serviços modernos, a economia digital e a integração dos mercados internos. Esta orientação poderá contribuir para fortalecer a criação de emprego formal, sobretudo para jovens e mulheres, e para reduzir a dependência de actividades de baixa produtividade.

Outra dimensão relevante prende-se com a qualidade da alocação dos recursos públicos. Num contexto de espaço fiscal limitado, seria importante considerar de forma mais sistemática critérios de custo de oportunidade, custo-benefício e impacto social na definição de prioridades públicas. Esta abordagem poderia apoiar uma melhor afectação de recursos para áreas com

maior retorno colectivo, como educação de qualidade, saúde primária, formação técnico-profissional, infra-estruturas produtivas, conectividade, irrigação, logística rural e inovação. Do mesmo modo, poderá ser útil avaliar periodicamente incentivos fiscais, isenções, privilégios económicos e barreiras regulatórias, assegurando que estes instrumentos geram benefícios claros em termos de produtividade, emprego e valor acrescentado nacional.

No domínio institucional, a avaliação sugere que as reformas futuras poderiam concentrar-se menos na simples expansão de estruturas e mais na qualidade das regras, na previsibilidade das decisões públicas e na igualdade de tratamento perante a lei. O reforço da transparência, da responsabilização, da digitalização dos serviços públicos, da gestão por resultados e da profissionalização da administração pública poderá contribuir para reduzir custos de transacção, melhorar o ambiente de negócios e aumentar a confiança dos cidadãos e investidores nas instituições.

No plano do capital humano, seria útil que as estratégias futuras aprofundassem a transição de uma lógica centrada apenas na expansão do acesso para uma lógica orientada para aprendizagem efectiva, produtividade e competências do século XXI. A incorporação gradual de tecnologias digitais e ferramentas de inteligência artificial na educação, formação profissional e gestão pública poderá oferecer novas oportunidades para superar défices históricos de aprendizagem, apoiar professores, melhorar conteúdos e aproximar a formação das necessidades reais da economia.

Assim, sem prejuízo dos instrumentos estratégicos em curso, a avaliação da Agenda 2025 sugere que o ciclo pós-2025 poderá beneficiar de uma maior concentração em cinco áreas de reforço: transformação produtiva inclusiva; capital humano de qualidade; governação eficaz e íntegra; coesão territorial e social; e resiliência climática e ambiental. Estas dimensões podem contribuir para aproximar Moçambique do cenário “Abelha” idealizado pela Agenda 2025, caracterizado por uma economia mais dinâmica, diversificada e produtiva, uma sociedade mais inclusiva e um Estado mais capaz de transformar políticas públicas em resultados concretos para os cidadãos.

De forma geral, a avaliação conclui que Moçambique registou avanços importantes ao longo dos últimos 25 anos, particularmente nos sectores sociais. Contudo, estes progressos não foram suficientes para assegurar transformação estrutural profunda da economia, melhoria sustentada da produtividade e consolidação robusta das instituições públicas. O principal desafio pós-2025 consiste em reduzir o desfasamento persistente entre crescimento económico e transformação estrutural, reforçando a capacidade institucional do Estado, acelerando a diversificação produtiva e promovendo maior inclusão económica e social.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Sigla	Designação Completa
Agenda 2025	Agenda Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo
BdM	Banco de Moçambique
CGE	Conta Geral do Estado
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries (Países Pobres Altamente Endividados)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MDRI	Multilateral Debt Relief Initiative (Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida)
OE	Orçamento do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PES	Plano Económico e Social
WDI	World Development Indicators
WGI	Worldwide Governance Indicators

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	8
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização.....	12
1.2 Metodologia da Avaliação	13
1.3 Visão e Objectivos da Agenda 2025.....	14
1.4 Diagnóstico Inicial da Economia e da Sociedade Moçambicana	15
1.5 Crescimento Demográfico como Factor Transversal da Avaliação	17
2 AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO DA AGENDA 2025	19
3 PILAR I — CAPITAL HUMANO	22
3.1 Enquadramento Estratégico do Pilar	22
3.2 Condições Básicas de Vida	23
3.3 Saúde.....	26
3.4 Educação	28
3.5 Emprego e Estrutura Económica.....	30
3.6 Avaliação Global do Pilar Capital Humano	32
4 PILAR II — CAPITAL SOCIAL	34
4.1 Enquadramento Estratégico do Pilar	34
4.2 Coesão Social e Redução das Desigualdades	35
4.3 Género e Inclusão Social	36
4.4 Juventude e Inserção Social.....	37
4.5 Comunidades Locais e Capital Comunitário	39
4.6 Terra, Recursos Naturais e Segurança Económica das Famílias	39
4.7 Família, Valores e Estabilidade Social.....	40
4.8 Avaliação Global do Pilar Capital Social.....	40
5 PILAR III — ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO	42
5.1 Enquadramento Estratégico do Pilar	42
5.2 Crescimento Económico.....	43
5.3 Desenvolvimento Rural e Agricultura.....	45
5.4 Sector Privado e Competitividade Empresarial.....	45
5.5 Estabilidade macroeconómica	46
5.6 Finanças Públicas	48
5.6.1 Qualidade da Despesa Pública e Sustentabilidade da Massa Salarial.....	49
5.7 Análise da Sustentabilidade e Estrutura da Dívida Pública em Moçambique.....	51

5.8	Avaliação Global do Pilar Economia e Desenvolvimento	53
6	PILAR IV — GOVERNAÇÃO	55
6.1	Enquadramento Estratégico do Pilar	55
6.2	Governança em Moçambique (2000–2024).....	56
6.3	Governança e Qualidade Institucional	59
6.4	Estado de Direito e do controlo da corrupção.....	60
6.5	Avaliação Global do Pilar Governança	62
7	PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	63
7.1	Progressos Registados	63
7.2	Constrangimentos Estruturais	64
7.3	Avaliação Final da Agenda 2025	65
8	RECOMENDAÇÕES	67
8.1	Prioridades de Curto Prazo	67
8.2	Reformas Estruturais de Médio Prazo	68
8.3	Nova Visão Nacional Pós-2025	70
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Modelo de Cenários da Agenda 2025	14
Tabela 2 Indicadores de Diagnóstico Socioeconómico de Moçambique no Período Inicial da Agenda 2025.....	16
Tabela 3: Quadro geral de indicadores da Agenda 2025.....	21
Tabela 4. Evolução dos indicadores de saúde (*principais).....	27
Tabela 5. Evolução dos principais indicadores de educação.....	28
Tabela 6. Evolução de outros indicadores de educação.....	29
Tabela 7. Avaliação Global do Pilar Capital Humano.....	33
Tabela 8. Indicadores de Coesão Social e Redução das Desigualdades em Moçambique (2000–2025)	36
Tabela 9. Indicadores de Coesão Social e Redução das Desigualdades em Moçambique (2000–2025).....	37
Tabela 10. Indicadores de Juventude e Inserção Social em Moçambique (2000–2025)	38
Tabela 11. Indicadores de Comunidades Locais e Capital Comunitário (2000–2025).....	39
Tabela 12. Terra, Recursos Naturais e Segurança Económica das Famílias (2000–2025).....	40
Tabela 13. Família, Valores e Estabilidade Social (2000–2025).....	40
Tabela 14. Avaliação Global do Pilar Capital Social	41
Tabela 15. Desenvolvimento Rural e Agricultura (2000–2025).....	45
Tabela 16. Sector Privado e Competitividade Empresarial (2000–2025)	46
Tabela 17. Evolução da Inflação (%) e da Taxa de Câmbio (MT/USD), 2000–2025	47
Tabela 18. Avaliação Global do Pilar Economia e Desenvolvimento.....	54
Tabela 19. Resumo da Situação dos Indicadores de Governação em Moçambique (2000 vs 2024).....	57
Tabela 20. Evolução dos Indicadores de Governação em Moçambique (2000–2024)	58
Tabela 21. Evolução da Descentralização e Participação	60
Tabela 22. Avaliação Global do Pilar Governação	62
Gráfico 1. Evolução da população de Moçambique (2000–2024)	18
Gráfico 2. Evolução da taxa de pobreza e do Índice de Desenvolvimento Humano	24
Gráfico 3. Evolução da taxa de acesso a electricidade e água potável.....	25
Gráfico 4. Evolução do número de deslocados desde 2017	25
Gráfico 5. Evolução do Emprego e da Estrutura Económica em Moçambique (2000–2025)	30
Gráfico 6: Evolução da Estrutura do Emprego	31
Gráfico 7. Evolução do crescimento económico e do PIB per capita.....	44
Gráfico 8. Receita, Despesa e Défice Fiscal (% do PIB), 2000–2025	48
Gráfico 9. Evolução da Pressão Salarial sobre o Orçamento do Estado (%).....	50
Gráfico 10. Evolução da Composição da Dívida Pública e do Rácio Dívida/PIB em Moçambique (2000–2025)	52

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo introduz o enquadramento geral da avaliação da Agenda 2025, destacando a sua importância como instrumento estratégico de longo prazo para orientar o desenvolvimento económico, social e institucional de Moçambique. Para além de contextualizar a origem e a natureza prospectiva da Agenda, o capítulo apresenta a abordagem metodológica adoptada, a visão e os objectivos que orientaram a sua formulação, bem como o diagnóstico inicial da economia e da sociedade moçambicana no início dos anos 2000. Desta forma, estabelece-se a base analítica para compreender a trajectória do país entre 2000 e 2025, permitindo avaliar não apenas os progressos alcançados, mas também a qualidade das transformações estruturais ocorridas, os constrangimentos persistentes e as lições relevantes para a formulação de novas estratégias de desenvolvimento mais realistas, coerentes e orientadas para resultados.

1.1 Contextualização

A Agenda 2025 constitui um dos principais referenciais estratégicos de longo prazo concebidos para orientar o processo de desenvolvimento de Moçambique, tendo sido formulada com base num amplo exercício participativo que envolveu diversos segmentos da sociedade. A sua génese assentou na necessidade de definir uma visão nacional partilhada, capaz de orientar a formulação de políticas públicas e assegurar a coerência entre intervenções de curto, médio e longo prazos, num contexto marcado por desafios estruturais profundos e por uma inserção crescente do país na economia regional e global.

Enquanto instrumento de natureza prospectiva, a Agenda 2025 não se limitou à definição de metas quantitativas, mas estabeleceu um quadro conceptual integrado que reconhecia o carácter multidimensional do desenvolvimento. Neste sentido, a sua arquitectura analítica estruturou-se em torno de quatro pilares fundamentais, nomeadamente o capital humano, o capital social, a economia e desenvolvimento e a governação, reflectindo a interdependência entre factores económicos, sociais e institucionais na construção de uma trajectória sustentável de crescimento e transformação.

A formulação da Agenda 2025 baseou-se numa abordagem metodológica assente na análise de tendências, na identificação de variáveis críticas e na construção de cenários alternativos de desenvolvimento, permitindo enquadrar o futuro do país em diferentes trajectórias possíveis em função das opções de política e das dinâmicas internas e externas. Este enquadramento conferiu ao documento um carácter estratégico e orientador, destinado a servir de referência para a acção dos diversos actores públicos e privados ao longo de um horizonte temporal de 25 anos.

Decorridas mais de duas décadas desde o início do período de implementação, torna-se fundamental proceder a uma avaliação sistemática do grau de realização da visão definida, não apenas em termos de resultados quantitativos, mas também no que se refere à qualidade das transformações estruturais ocorridas.

Neste contexto, o presente relatório tem como objectivo analisar o desempenho de Moçambique entre 2000 e 2025, com base num conjunto de indicadores-chave que captam dimensões essenciais do desenvolvimento, incluindo as condições de vida da população, o funcionamento dos sectores sociais, a dinâmica do crescimento económico, a estabilidade macroeconómica, a sustentabilidade fiscal e a qualidade da governação.

A abordagem adoptada privilegia uma leitura integrada do processo de desenvolvimento, reconhecendo as interdependências existentes entre os diferentes domínios analisados. Assim, a avaliação não se limita à análise isolada de indicadores, mas procura compreender a consistência global da trajectória seguida pelo país, distinguindo entre progressos quantitativos e transformações estruturais efectivas. Esta perspectiva permite identificar não apenas os avanços alcançados, mas também os principais constrangimentos que condicionaram a implementação da Agenda 2025 e limitaram a concretização dos seus objectivos estratégicos.

Neste sentido, o presente relatório pretende não apenas avaliar o desempenho passado, mas também contribuir para uma reflexão informada sobre os desafios e prioridades futuras do desenvolvimento em Moçambique, fornecendo elementos analíticos que possam apoiar a formulação de novas estratégias de longo prazo mais eficazes.

1.2 Metodologia da Avaliação

A presente avaliação do desempenho de Moçambique no quadro da Agenda 2025 assenta numa abordagem metodológica de natureza analítico-estrutural, concebida de forma a assegurar coerência com os princípios que orientaram a formulação do próprio documento estratégico. Trata-se de uma abordagem que combina a análise retrospectiva da evolução dos principais indicadores com uma leitura interpretativa das dinâmicas económicas, sociais e institucionais subjacentes, permitindo não apenas aferir os resultados alcançados, mas também avaliar a sua qualidade, consistência e sustentabilidade ao longo do período em análise.

Do ponto de vista operacional, a metodologia adoptada estrutura-se em três níveis complementares. Em primeiro lugar, procede-se à análise descritiva da evolução dos principais indicadores entre 2000 e 2025, com base em séries estatísticas provenientes de fontes oficiais, incluindo o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Moçambique, as Contas Gerais do Estado e relatórios sectoriais. Esta etapa permite identificar tendências, rupturas e padrões de comportamento, constituindo a base empírica da avaliação.

A Agenda 2025 adoptou a metodologia de cenários como instrumento central de análise prospectiva e avaliação estratégica do desenvolvimento nacional. Esta abordagem parte do princípio de que o futuro de Moçambique não depende apenas da passagem do tempo ou do crescimento económico espontâneo, mas sobretudo das escolhas colectivas, da qualidade das instituições, da capacidade produtiva da economia e da forma como a sociedade mobiliza os seus recursos e prioridades.

Neste contexto, a Agenda 2025 definiu quatro cenários de desenvolvimento, representados por figuras simbólicas que traduzem diferentes ritmos de progresso, padrões de governação e níveis de transformação económica e social. Estes cenários permitem interpretar a trajectória nacional de forma qualitativa, distinguindo entre situações de retrocesso, progresso lento, crescimento acelerado sem sustentabilidade e desenvolvimento estruturalmente sólido.

Para efeitos de operacionalização da presente avaliação, foi igualmente adoptada uma escala ordinal de cinco níveis, variando de 1 a 5, destinada a medir o grau de desempenho observado em cada pilar estratégico e nos respectivos indicadores agregados. O nível 1 corresponde a uma situação crítica ou de retrocesso acentuado, caracterizada por deterioração institucional, económica ou social. O nível 2 representa desempenho fraco, com progressos marginais e persistência de constrangimentos estruturais. O nível 3 indica progresso moderado, evidenciando melhorias reais, porém insuficientes para assegurar transformação estrutural. O

nível 4 corresponde a desempenho satisfatório, com avanços consistentes e impactos relevantes. Finalmente, o nível 5 reflecte o nível ideal compatível com os objectivos estratégicos da Agenda 2025, traduzindo desenvolvimento robusto, inclusivo e sustentável.

Esta escala permite uniformizar a avaliação dos diferentes domínios analisados, assegurando comparabilidade entre pilares e facilitando o enquadramento de cada resultado nos cenários estratégicos da Agenda.

O primeiro cenário é o **Caranguejo**, símbolo de um país que avança pouco ou recua. Tal como o movimento lateral e hesitante do caranguejo, este cenário representa trajectória de estagnação ou retrocesso, marcada por fragilidade institucional, políticas públicas ineficazes, degradação dos indicadores sociais e incapacidade de gerar crescimento económico sustentado. Neste cenário, o país perde oportunidades, agrava vulnerabilidades e permanece distante dos seus objectivos estratégicos.

O segundo cenário é o **Cágado**, representando progresso lento, gradual e desigual. À semelhança do ritmo pausado do cágado, o país avança, mas a velocidade insuficiente para acompanhar as necessidades da população e os desafios do desenvolvimento. Registam-se melhorias económicas e sociais, porém limitadas, pouco inclusivas e sem impacto estrutural profundo. Trata-se de um cenário de progresso real, mas aquém do potencial nacional.

O terceiro cenário é o **Cabrito**, associado a crescimento rápido, impulsivo e desordenado. Tal como o comportamento inquieto e acelerado do cabrito, este cenário representa fases de forte expansão económica ou melhoria súbita de indicadores, mas sem bases institucionais sólidas, sem inclusão social ampla e sem sustentabilidade de longo prazo. O país cresce depressa, porém com elevada vulnerabilidade a choques e risco de recuo posterior.

O quarto cenário é o **Abelha**, considerado o cenário ideal da Agenda 2025. A abelha simboliza disciplina, organização, trabalho colectivo e produtividade. Este cenário corresponde a uma trajectória de desenvolvimento dinâmico, inclusivo e sustentável, marcada por crescimento económico diversificado, instituições eficazes, forte coesão social e melhoria generalizada das condições de vida da população. Representa o futuro desejável para Moçambique.

Tabela 1. Modelo de Cenários da Agenda 2025

Cenário	Designação	Características
1	Caranguejo	Estagnação ou retrocesso, fragilidade institucional e ausência de progresso sustentado
2	Cágado	Progresso gradual, mas lento, desigual e insuficientemente transformador
3	Cabrito	Crescimento acelerado, mas sem distribuição equitativa ou sustentabilidade
4	Abelha	Crescimento dinâmico, inclusivo e sustentável, com forte capacidade institucional

Fonte: Agenda 2025 — Visão e Estratégia da Nação. Maputo, 2003.

1.3 Visão e Objectivos da Agenda 2025

A Agenda 2025 foi concebida como um instrumento estratégico de orientação do desenvolvimento nacional, com o propósito de definir uma visão partilhada sobre o futuro de Moçambique e estabelecer linhas de acção capazes de conduzir o país a níveis mais elevados

de desenvolvimento económico e social. **A essência desta visão assenta na construção de uma sociedade moçambicana mais próspera, estável e inclusiva, sustentada por uma economia dinâmica, por instituições sólidas e por uma participação activa dos cidadãos no processo de desenvolvimento nacional.**

Do ponto de vista económico, a visão da Agenda 2025 procurava promover uma trajectória de crescimento económico sustentado, baseada na valorização dos recursos humanos e naturais do país, na diversificação da base produtiva e na criação de condições que permitam aumentar a competitividade da economia moçambicana. Esta perspectiva reconhece que o desenvolvimento económico deve ser acompanhado pela melhoria das condições de vida da população, pela expansão das oportunidades de emprego e pelo acesso mais equitativo aos serviços sociais básicos.

Os objectivos estratégicos da Agenda 2025 estavam orientados para a construção de uma economia capaz de gerar riqueza de forma sustentável e de promover uma melhor distribuição dos benefícios do crescimento. Neste sentido, o documento enfatizava a necessidade de reforçar o capital humano através da expansão e melhoria dos sistemas de educação e saúde, entendidos como factores determinantes para o aumento da produtividade e para o fortalecimento das capacidades individuais e colectivas da população moçambicana.

Outro objectivo fundamental da Agenda 2025 residia no fortalecimento do capital social e institucional do país, reconhecendo que o desenvolvimento económico sustentável depende da existência de instituições públicas eficazes, transparentes e responsáveis. A promoção da boa governação, da participação cidadã e do respeito pelos princípios do Estado de direito foram considerados elementos essenciais para garantir estabilidade política, confiança institucional e um ambiente favorável ao investimento e à actividade económica.

A Agenda destacava igualmente a importância da transformação estrutural da economia moçambicana, através do fortalecimento dos sectores produtivos, do desenvolvimento das infra-estruturas económicas e da promoção de políticas que estimulem a inovação, o empreendedorismo e a integração regional. A diversificação económica surgia como um elemento central desta estratégia, tendo em vista reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos e aumentar a capacidade do país de gerar valor acrescentado a partir dos seus recursos naturais e produtivos.

Assim, a visão e os objectivos da Agenda 2025 reflectiam uma abordagem abrangente do desenvolvimento nacional, na qual o crescimento económico, o progresso social e o fortalecimento institucional foram concebidos como processos interdependentes. A concretização desta visão pressupunha, portanto, a implementação de políticas públicas coerentes, a mobilização eficaz de recursos nacionais e internacionais e a participação activa de todos os actores económicos e sociais no esforço colectivo de construção de um futuro mais próspero para Moçambique.

1.4 Diagnóstico Inicial da Economia e da Sociedade Moçambicana

A formulação da Agenda 2025 assentou num diagnóstico detalhado das condições económicas, sociais e institucionais de Moçambique no início dos anos 2000, procurando identificar os principais constrangimentos estruturais ao desenvolvimento nacional. Este diagnóstico revelou um país que, apesar de possuir importantes recursos naturais e potencial produtivo significativo,

enfrentava níveis elevados de pobreza, baixa produtividade económica e profundas limitações no desenvolvimento do capital humano.

Do ponto de vista demográfico, Moçambique apresentava no início da década de 2000 uma população estimada em cerca de 18,08 milhões de habitantes, com uma estrutura etária bastante jovem, onde aproximadamente 44,3% da população tinha menos de 15 anos, enquanto 53% situava-se entre os 15 e 64 anos e apenas 2,7% possuía 65 anos ou mais. Esta estrutura demográfica representava simultaneamente um desafio e uma oportunidade económica: por um lado, implicava fortes pressões sobre os sistemas de educação, saúde e emprego; por outro, indicava a existência de um potencial significativo de força de trabalho para sustentar o crescimento económico no longo prazo.

Tabela 2 Indicadores de Diagnóstico Socioeconómico de Moçambique no Período Inicial da Agenda 2025

Indicador	Situação de Referência	Implicações para o Desenvolvimento
População total	18,08 milhões de habitantes	Estrutura demográfica em crescimento com forte pressão sobre serviços sociais
População 0–14 anos	44,3%	Elevada dependência demográfica juvenil
População 15–64 anos	53,0%	Base potencial da força de trabalho
População 65+ anos	2,7%	Baixa proporção de idosos
População rural	68,8%	Predominância de actividades agrícolas e economia rural
População urbana	30,2%	Processo de urbanização ainda limitado
Províncias mais populosas	Nampula e Zambézia (38,2% da população)	Forte concentração demográfica regional
Taxa de analfabetismo (2001)	56,5%	Baixo nível médio de capital humano
Analfabetismo feminino	74,1%	Desigualdade de género no acesso à educação
Analfabetismo rural	72,2%	Forte disparidade entre áreas urbanas e rurais
Analfabetismo urbano	33%	Melhor acesso relativo à educação nas cidades
Taxa de escolarização	43,6% (1999) para 62,6% (2002)	Expansão gradual do sistema educativo
Escolas EP1	6.588 (1999) para 7.771 (2002)	Crescimento da rede escolar primária
Alunos no EP1	2.074.708 para 2.644.405	Aumento significativo de matrículas
Prevalência de HIV/SIDA	12,2%	Impacto negativo potencial na produtividade e saúde pública
Estrutura económica	Forte peso da agricultura de subsistência	Baixa diversificação produtiva
Desenvolvimento humano	Entre os mais baixos da região	Necessidade de reformas estruturais

Fonte: Adaptado de Agenda 2025 – Visão e Estratégias da Nação, Comité de Conselheiros, Maputo, 2003.

A distribuição da população em Moçambique evidenciava, desde o início da Agenda 2025, características estruturais marcantes da economia nacional. Com cerca de 68,8% da população a residir em zonas rurais e apenas 30,2% em áreas urbanas, o país apresentava uma base económica fortemente assente nas actividades agrícolas e rurais, com destaque para as províncias de Nampula e Zambézia, que concentravam uma parte significativa da população.

No domínio do capital humano, os desafios eram particularmente acentuados. A taxa de analfabetismo situava-se em 56,5% em 2001, sendo significativamente mais elevada entre

mulheres e nas zonas rurais, reflectindo profundas desigualdades no acesso à educação. Ainda assim, registavam-se progressos no alargamento do acesso, evidenciados pelo aumento da taxa de escolarização e pela expansão da rede escolar e do número de alunos no ensino primário.

No sector da saúde, a elevada prevalência do HIV/SIDA, estimada em cerca de 12,2%, constituía um risco sério para o desenvolvimento, afectando sobretudo a população em idade activa e pressionando o sistema de saúde.

Do ponto de vista económico, o país apresentava baixos níveis de desenvolvimento humano, com uma economia pouco diversificada, fortemente dependente da agricultura de subsistência e da ajuda externa. Apesar de algum crescimento económico, este não se traduzia de forma proporcional na redução da pobreza.

Neste contexto, o diagnóstico inicial da Agenda 2025 identificava desafios estruturais claros, destacando a necessidade de investir no capital humano, promover a diversificação económica, expandir infra-estruturas e reforçar a capacidade institucional do Estado, como condições fundamentais para sustentar o desenvolvimento de longo prazo.

1.5 Crescimento Demográfico como Factor Transversal da Avaliação

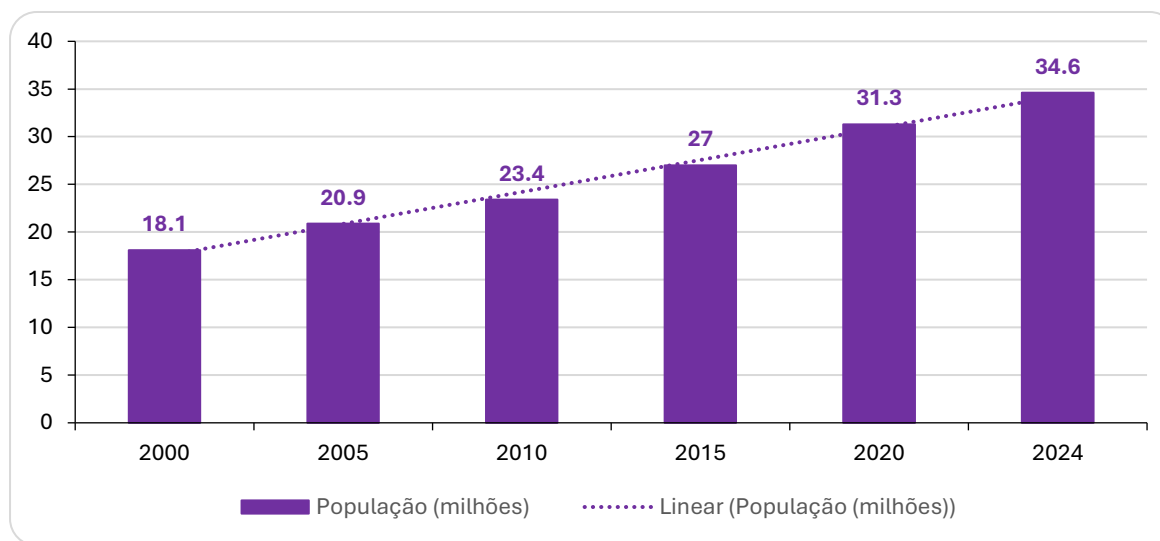
Para além das condições de partida identificadas no diagnóstico inicial, a trajectória de Moçambique no período da Agenda 2025 deve ser interpretada à luz da dinâmica demográfica, que o próprio desenho da Agenda já reconhecia como um factor estruturante do desenvolvimento nacional. Desde o início, o crescimento populacional foi entendido simultaneamente como uma oportunidade demográfica, pela possibilidade de expansão da força de trabalho e do potencial produtivo do país, e como um desafio para a capacidade de provisão de serviços públicos, dada a pressão crescente sobre educação, saúde, habitação, emprego e infra-estruturas.

Entre 2000 e 2025, esta tensão tornou-se ainda mais evidente, com a população moçambicana a crescer de cerca de 18 milhões para mais de 32 milhões de habitantes. Assim, o crescimento demográfico deve ser analisado como um factor transversal da avaliação da Agenda 2025, pois ajuda a explicar por que os progressos registados em vários sectores nem sempre se traduziram em melhorias proporcionais na qualidade de vida da população e na transformação estrutural do país.

Ao longo dos ciclos dos Programas Quinquenais do Governo, este crescimento exerceu uma pressão crescente sobre o Estado e a economia, aumentando de forma contínua a procura por educação, saúde, habitação e emprego. Na prática, uma parte significativa dos investimentos públicos em serviços sociais foi absorvida pela própria dinâmica demográfica, o que limitou o impacto dos ganhos em termos de qualidade e bem-estar.

Do ponto de vista económico, o aumento da população activa ocorreu num contexto de fraca transformação estrutural, com limitada capacidade de absorção de mão-de-obra fora do sector primário e informal, contribuindo para a persistência de pobreza e subemprego.

Assim, a dinâmica populacional emerge como um factor transversal na avaliação da Agenda 2025: embora represente um potencial relevante, também evidencia os limites estruturais da capacidade de resposta das políticas públicas, atenuando o impacto efectivo dos progressos alcançados no desenvolvimento social e económico.

Gráfico 1. Evolução da população de Moçambique (2000–2024)

Fonte: INE, vários anos.

2 AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO DA AGENDA 2025

A avaliação global do desempenho da Agenda 2025 foi realizada à luz do quadro geral de indicadores previsto no próprio documento estratégico. Estes indicadores devem ser entendidos não apenas como medidas estatísticas ou metas administrativas, mas como instrumentos de leitura estratégica da trajectória nacional no período compreendido entre o lançamento da Agenda e o horizonte de 2025. Na lógica da Agenda, o seu valor reside na capacidade de revelar o sentido, o ritmo e a qualidade do desenvolvimento do país, permitindo aferir se Moçambique avançou de forma consistente em direcção ao futuro desejado, se registou apenas progressos lentos e desiguais, ou se, em determinados domínios, permaneceu marcado por estagnação, fragilidade ou retrocesso. Deste modo, a análise dos indicadores permite situar o desempenho nacional face aos cenários definidos pela Agenda 2025 e compreender, de forma integrada, os principais avanços, limitações e desafios estruturais que caracterizaram o período em avaliação.

A Agenda 2025 estruturou a interpretação do desenvolvimento nacional através de cenários simbólicos, concebidos como metáforas explicativas do ritmo e da qualidade do progresso.

- O cenário Caranguejo simboliza a estagnação ou o retrocesso, caracterizando contextos em que o país perde capacidade de avançar, recua em indicadores relevantes ou permanece bloqueado por fragilidades estruturais.
- O cenário Cágado traduz progresso gradual, lento e desigual, em que há melhorias reais, mas abaixo do ritmo necessário para assegurar transformação estrutural.
- O cenário Cabrito representa uma trajectória de crescimento acelerado, porém desordenado, instável e sem bases sustentáveis. Corresponde a situações em que existem sinais rápidos de avanço, mas sem solidez institucional, sem inclusão ampla e sem garantias de continuidade.
- O cenário Abelha representa o ideal estratégico da Agenda, isto é, um desenvolvimento dinâmico, produtivo, inclusivo, disciplinado e sustentável, assente em instituições eficazes e numa sociedade coesa.

O quadro geral dos indicadores da Agenda 2025, quando reorganizado por pilares estratégicos, permite uma leitura mais consistente e sistémica do desempenho nacional entre 2000 e 2025.

Em vez de se limitar à observação fragmentada de variáveis individuais, esta abordagem procura captar o comportamento agregado dos grandes domínios estruturantes do desenvolvimento nacional, em conformidade com a arquitectura conceptual da própria Agenda 2025. Deste modo, torna-se possível aferir não apenas a evolução sectorial, mas sobretudo a qualidade da trajectória global seguida por Moçambique ao longo do período em análise.

No pilar do **Capital Humano**, o país partiu de uma base inicial frágil, caracterizada por baixos níveis educacionais, fraca cobertura sanitária, elevada incidência de pobreza e reduzido acesso a serviços essenciais. Ao longo do período da Agenda 2025, registaram-se melhorias importantes, nomeadamente expansão do ensino primário, redução gradual da mortalidade infantil, aumento da esperança média de vida e maior cobertura de energia e outros serviços básicos. Não obstante, a qualidade do ensino, a capacidade do sistema de saúde, a produtividade laboral e a absorção da juventude activa permaneceram limitadas. Em resultado,

este pilar evoluiu de nível 2 para nível 3, enquadrando-se no cenário Cágado, isto é, progresso real, porém lento e insuficientemente transformador.

No domínio do **Capital Social**, Moçambique iniciou o período com desafios marcados por assimetrias regionais, exclusão económica, fragilidade comunitária e reduzida protecção social. Durante as duas últimas décadas observaram-se progressos moderados, incluindo maior reconhecimento das questões de género, expansão de alguns programas sociais, reforço da participação comunitária e preservação relativa da unidade nacional. Contudo, persistiram desigualdades territoriais, vulnerabilidade das famílias rurais, fraca mobilidade social e dificuldades de inserção económica da juventude. Assim, o desempenho deste pilar também transitou de nível 2 para nível 3, situando-se no cenário Cágado, com avanços graduais, mas incompletos.

No pilar da **Economia e Desenvolvimento**, a situação inicial apresentava algum dinamismo relativo, sobretudo em virtude da estabilização macroeconómica e da retoma pós-conflito, o que justificava uma posição inicial de nível 3. Todavia, ao longo do horizonte temporal da Agenda 2025, apesar de períodos de crescimento acelerado, a economia nacional não conseguiu consolidar uma transformação estrutural profunda. A informalidade manteve-se dominante, a industrialização foi limitada, a agricultura familiar conservou baixos níveis de produtividade e a estabilidade macroeconómica foi afectada por sucessivos choques fiscais e cambiais. Em consequência, o pilar regrediu para o nível 2 (Caranguejo) em 2025. A trajetória deste pilar oscilou entre o cenário Cabrito, sobretudo no período 2000–2014, marcado por crescimento económico relativamente acelerado, mas pouco inclusivo e insuficientemente sustentado por transformação produtiva, e o cenário Caranguejo, na década 2015–2025, quando a economia revelou maior fragilidade, perda de dinamismo e incapacidade de manter o ritmo de crescimento anterior e de consolidar avanços estruturais.

Relativamente ao pilar da **Governança**, o país partiu igualmente de uma base institucional modesta, condicionada por capacidade administrativa reduzida, cobertura territorial incompleta e limitações no Estado de Direito. Durante o período em análise, registaram-se avanços formais importantes, nomeadamente expansão da administração pública, descentralização progressiva e modernização parcial de sistemas de gestão. Contudo, estes progressos não se traduziram proporcionalmente em maior eficácia institucional, previsibilidade regulatória ou robustez no combate à corrupção. O Estado expandiu-se mais rapidamente do que melhorou a sua capacidade funcional. Por essa razão, o pilar manteve-se no nível 2, enquadrando-se no cenário Caranguejo.

A leitura integrada dos quatro pilares demonstra que o desempenho nacional no quadro da Agenda 2025 foi heterogéneo. Os melhores resultados concentraram-se nos domínios sociais, onde houve expansão gradual do acesso a serviços públicos. Em contraste, os pilares ligados à transformação económica e à qualidade institucional revelaram progressos mais limitados ou mesmo insuficientes. Esta combinação explica por que razão o cenário nacional dominante foi o Cágado, com incidências relevantes de Caranguejo e episódios pontuais de Cabrito, sem que o país tivesse alcançado o cenário Abelha, correspondente a uma trajetória de desenvolvimento dinâmico, inclusivo e sustentável.

Moçambique avançou durante o período da Agenda 2025, mas a um ritmo inferior ao necessário para assegurar convergência efectiva com os objectivos estratégicos inicialmente definidos. O principal traço do período foi o desfasamento persistente entre progresso quantitativo e

transformação estrutural, entre expansão institucional e eficácia pública, e entre crescimento económico e inclusão social duradoura.

Tabela 3: Quadro geral de indicadores da Agenda 2025

Pilar Estratégico	Situação Inicial (2000)	Situação Estimada (2025)	Nível Ideal	Cenário Predominante	Síntese da Avaliação
Capital Humano	2	3	5	Cágado	Registaram-se progressos relevantes na educação, saúde e acesso gradual a serviços básicos. Contudo, a qualidade dos serviços públicos, a produtividade da força de trabalho e a absorção da juventude no mercado laboral permaneceram aquém do necessário para uma transformação estrutural.
Capital Social	2	3	5	Cágado	Verificou-se preservação da coesão nacional, maior inclusão social em alguns domínios e avanços graduais em género e participação comunitária. Persistiram, porém, desigualdades regionais, vulnerabilidade juvenil e fragilidade socioeconómica das famílias rurais.
Economia e Desenvolvimento	3	2	5	Caranguejo / Cabrito	O país conheceu fases de crescimento acelerado, mas pouco inclusivo e sem base produtiva diversificada. A informalidade manteve-se elevada, a industrialização limitada e a estabilidade macroeconómica revelou fragilidades recorrentes.
Governança	2	2	5	Caranguejo	Houve expansão institucional, descentralização progressiva e modernização parcial da administração pública. Todavia, persistiram debilidades no Estado de Direito, baixa eficácia institucional, limitações de capacidade pública e fragilidades no controlo da corrupção.

Fonte: Elaborado com base na Visão 2025 e Avaliação Global dos Indicadores

3 PILAR I — CAPITAL HUMANO

O presente capítulo avalia o desempenho do Pilar I (Capital Humano) no quadro da Agenda 2025, reconhecendo que o desenvolvimento nacional depende, em primeiro lugar, da capacidade de formar, proteger e valorizar as pessoas. A análise incide sobre dimensões essenciais como condições básicas de vida, saúde, educação, emprego e estrutura económica, procurando aferir em que medida Moçambique conseguiu transformar investimentos sociais em capacidades humanas efectivas.

3.1 Enquadramento Estratégico do Pilar

No quadro conceptual da Agenda 2025, o capital humano foi definido como um dos pilares centrais do desenvolvimento nacional, partindo do princípio de que a principal riqueza de Moçambique reside nas suas pessoas. A visão estratégica subjacente a este pilar reconhecia que nenhum processo de crescimento económico poderia ser sustentável sem uma população saudável, educada, produtiva e dotada de capacidades técnicas adequadas às exigências da modernização nacional. Assim, o investimento no ser humano foi colocado no centro da estratégia de transformação económica e social do país.

A inclusão do capital humano como primeiro pilar reflectiu igualmente a realidade estrutural de Moçambique no início do horizonte da Agenda 2025. O país apresentava elevados níveis de pobreza, forte incidência de analfabetismo, reduzida esperança de vida, cobertura sanitária limitada, fraca qualificação profissional e ampla insuficiência no acesso a serviços básicos. Estes constrangimentos condicionavam directamente a produtividade do trabalho, a capacidade de inovação, a mobilidade social e o ritmo global do desenvolvimento económico. A Agenda reconheceu, por conseguinte, que sem uma melhoria profunda das condições humanas de base, qualquer progresso noutros sectores seria necessariamente limitado e vulnerável.

Do ponto de vista estratégico, este pilar integra quatro dimensões fundamentais. A primeira corresponde às condições básicas de vida, incluindo alimentação, água potável, saneamento, habitação condigna e acesso à energia. A segunda refere-se à saúde pública, abrangendo prevenção de doenças, cobertura sanitária, saúde materno-infantil e combate às principais endemias. A terceira dimensão respeita à educação e formação, desde a alfabetização até ao ensino técnico-profissional e superior. A quarta dimensão prende-se com emprego produtivo, qualificação laboral e capacidade de inserção económica da população activa. Estas componentes articulam-se entre si e determinam, em larga medida, a qualidade da força de trabalho nacional.

Na óptica económica, o capital humano constitui simultaneamente factor de produção e objectivo do desenvolvimento. É factor de produção porque trabalhadores mais saudáveis, instruídos e tecnicamente preparados tendem a gerar maior produtividade, maior rendimento e maior competitividade nacional. É objectivo do desenvolvimento porque o crescimento económico só adquire sentido quando se traduz em melhoria efectiva da vida das pessoas. A Agenda 2025 captou correctamente esta dupla natureza, ao relacionar políticas sociais com desempenho económico de longo prazo.

No caso específico de Moçambique, a relevância estratégica deste pilar era ainda ampliada pela estrutura demográfica nacional. O país apresentava e continua a apresentar uma população

predominantemente jovem, o que representa simultaneamente oportunidade e risco. Se devidamente educada, saudável e integrada em actividades produtivas, a juventude pode constituir importante dividendo demográfico. Se, pelo contrário, permanecer sem qualificações e sem oportunidades económicas, converte-se em factor adicional de pressão social e económica. A Agenda 2025 antecipou esta realidade ao atribuir prioridade ao investimento nas capacidades humanas.

Outro aspecto central deste pilar reside na relação entre capital humano e redução da pobreza. Em economias com elevado peso rural e informal, como a moçambicana, a pobreza tende a reproduzir-se quando famílias têm baixo acesso à educação, fraca cobertura sanitária e reduzida capacidade produtiva. Assim, políticas de saúde, educação e qualificação profissional não devem ser vistas apenas como despesa social, mas como investimento económico com retorno intergeracional. Melhor capital humano significa maior rendimento futuro, menor vulnerabilidade e maior capacidade de adaptação tecnológica.

No período abrangido pela Agenda 2025, este pilar assumiu importância crescente devido às transformações internas e externas ocorridas. A globalização económica, a revolução tecnológica, a integração regional e a maior concorrência internacional passaram a exigir trabalhadores mais qualificados e instituições sociais mais eficazes. Países com défices persistentes de capital humano enfrentam maiores dificuldades em atrair investimento produtivo, aumentar valor acrescentado interno e competir nos mercados regionais. A aposta neste pilar era, portanto, condição necessária para inserção económica vantajosa de Moçambique.

Importa igualmente referir que o capital humano possui forte efeito multiplicador sobre os restantes pilares da Agenda. Melhor educação e saúde reforçam o capital social, pois ampliam cidadania, coesão e mobilidade social. Também fortalecem a economia e desenvolvimento, ao elevar produtividade e inovação. Finalmente, contribuem para melhor governação, através de uma sociedade mais informada, participativa e exigente em relação ao Estado. Por esta razão, trata-se de um pilar transversal, cujo desempenho influencia directamente o resultado global da Agenda 2025.

O enquadramento estratégico do capital humano assenta na convicção de que o desenvolvimento nacional começa nas pessoas e depende da sua capacidade de produzir, aprender, inovar e viver com dignidade. Para Moçambique, este pilar representava não apenas uma prioridade social, mas um imperativo económico de longo prazo. A avaliação do seu desempenho entre 2000 e 2025 buscou aferir até que ponto o país conseguiu transformar crescimento económico e políticas públicas em capacidades humanas efectivas, capazes de sustentar uma trajectória de progresso duradouro.

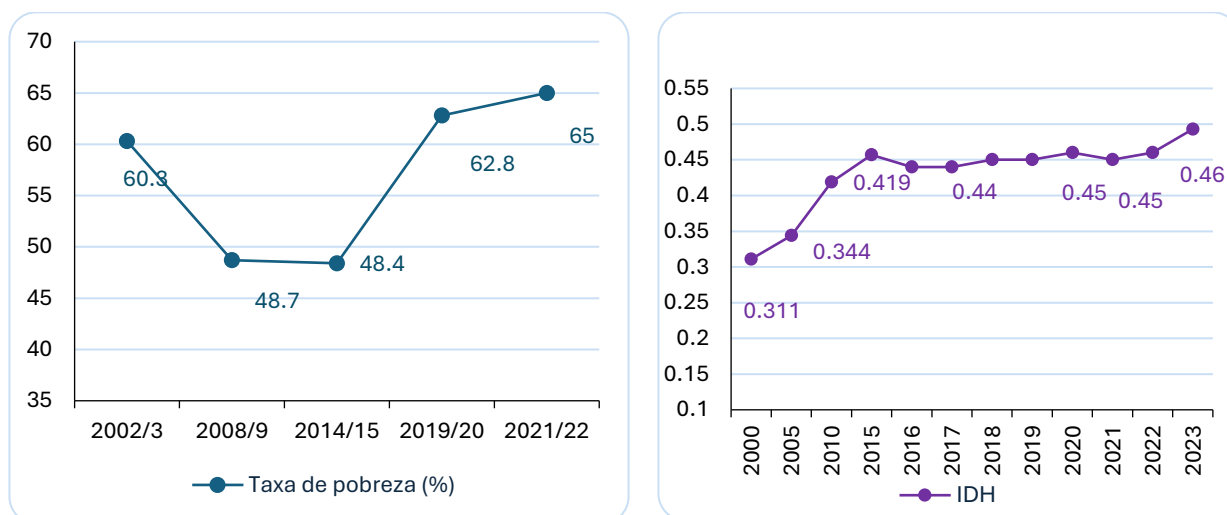
3.2 Condições Básicas de Vida

O indicador “Condições Básicas de Vida” constitui uma das dimensões centrais do domínio do capital humano, reflectindo o grau em que a população dispõe de condições materiais mínimas indispensáveis à sua reprodução social e económica. Este indicador integra componentes fundamentais como o acesso a serviços básicos, nomeadamente água potável e energia, a qualidade da habitação, a segurança alimentar e o acesso a oportunidades de rendimento, devendo ser interpretado não apenas como uma medida de bem-estar imediato, mas como um proxy da capacidade estrutural do país em assegurar níveis sustentáveis de qualidade de vida para a generalidade da população.

A trajectória observada entre 2000 e 2025 evidencia progressos efectivos, embora marcados por assimetrias significativas, volatilidade e limitações estruturais persistentes.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano agregado, Moçambique registou uma evolução positiva ao longo do período, com o Índice de Desenvolvimento Humano a aumentar de aproximadamente 0,31 em 2000 para cerca de 0,49 em 2023. Este progresso traduz melhorias graduais nas dimensões de saúde, educação e rendimento, mas permanece insuficiente para retirar o país da categoria de baixo desenvolvimento humano, evidenciando a natureza incremental e não transformadora das mudanças ocorridas.

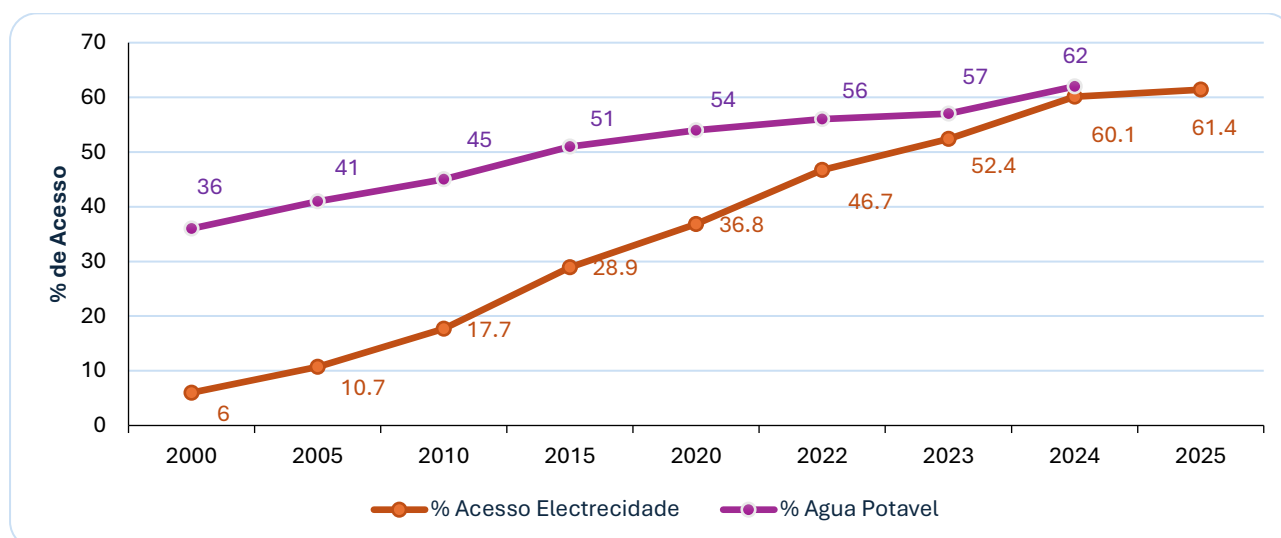
Gráfico 2. Evolução da taxa de pobreza e do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: IOF, INE - vários anos.

A evolução da pobreza monetária apresenta uma dinâmica semelhante. Entre 2002 e 2014, verificou-se uma redução relevante da incidência da pobreza, impulsionada por períodos de crescimento económico relativamente robusto e pela expansão do consumo. Contudo, este processo não foi acompanhado por uma distribuição equitativa dos ganhos, tendo a desigualdade limitado o seu impacto na melhoria generalizada das condições de vida. A partir de meados da década de 2010, a conjugação de choques macroeconómicos, incluindo a desaceleração do crescimento, a inflação elevada e a instabilidade cambial, bem como a ocorrência de eventos adversos, como calamidades naturais e a pandemia, conduziu a uma estagnação e, em alguns casos, a uma reversão parcial dos progressos anteriormente registados.

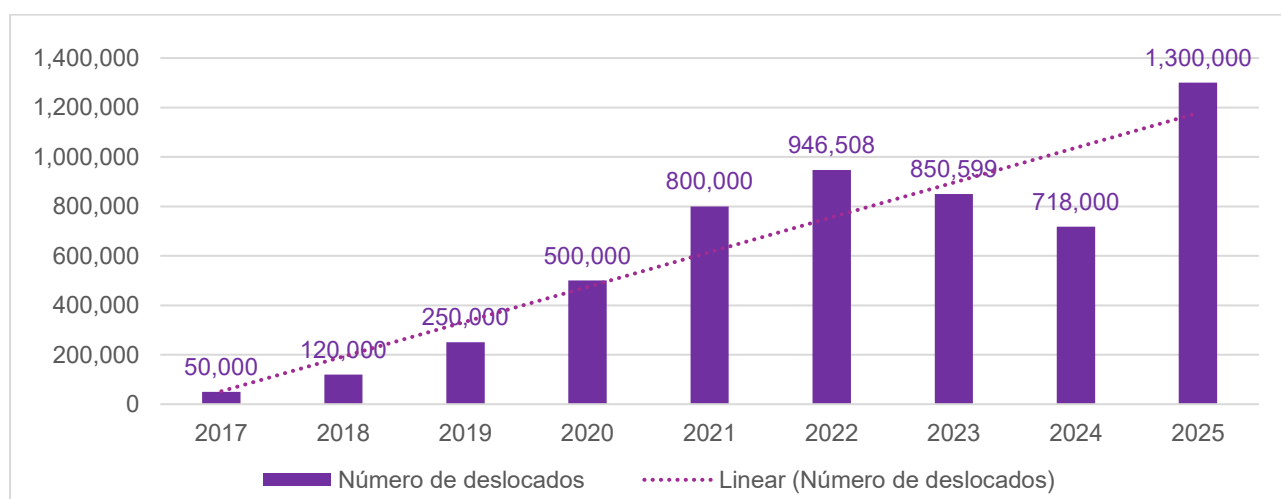
No que se refere ao acesso a serviços básicos, os dados mais recentes evidenciam uma evolução diferenciada entre sectores. A taxa de electrificação registou um aumento significativo, de 6% em 2000, passando de cerca de 36,8% em 2020, e progredindo para aproximadamente 61,4% em 2025, reflectindo um esforço considerável na expansão da rede eléctrica e na implementação de políticas de acesso à energia. Este progresso constitui um dos avanços mais relevantes no período recente, com impacto potencial na melhoria das condições de vida e na dinamização das actividades económicas.

Gráfico 3. Evolução da taxa de acesso a electricidade e água potável

Fonte: Fonte: PARPA & PQG's

Por outro lado, o acesso à água potável apresentou uma evolução mais moderada, aumentando de cerca de 36% em 2000, para 54% em 2020, e evoluindo para aproximadamente 62% em 2024. Apesar da tendência positiva, o ritmo de crescimento permanece relativamente limitado, reflectindo constrangimentos estruturais associados à expansão e gestão dos sistemas de abastecimento, particularmente em zonas rurais. Esta evolução assimétrica entre diferentes serviços básicos limita o impacto agregado das melhorias observadas, evidenciando a persistência de desigualdades no acesso a infra-estruturas essenciais.

A análise das condições de vida deve considerar o impacto de factores de vulnerabilidade, incluindo deslocações populacionais associadas a conflitos e eventos climáticos extremos, que têm afectado de forma significativa determinadas regiões do país. O aumento do número de deslocados ao longo do período recente constitui um elemento adicional de pressão sobre as condições de vida, contribuindo para a fragilização dos progressos alcançados.

Gráfico 4. Evolução do número de deslocados desde 2017

Fonte: Elaboração própria com base em Banco Mundial (WDI), MISAU e PNUD, vários anos.

A avaliação global do indicador permite concluir que, embora se tenham registado melhorias mensuráveis em diversas dimensões, estas não foram suficientemente abrangentes nem sustentadas para assegurar uma transformação estrutural das condições básicas de vida da população. O crescimento económico observado não se traduziu, de forma consistente, numa redistribuição eficaz dos benefícios, tendo uma parte significativa da população permanecido excluída dos ganhos.

Em termos de provisão de serviços, verifica-se que o aumento da cobertura não foi plenamente acompanhado por melhorias na qualidade, acessibilidade e sustentabilidade dos serviços prestados, o que limita o seu impacto efectivo sobre o bem-estar. Persistem, igualmente, desigualdades territoriais significativas, que condicionam o acesso equitativo a oportunidades e infra-estruturas.

3.3 Saúde

O sector da saúde constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano, desempenhando um papel determinante na melhoria das condições de vida, na produtividade da força de trabalho e na redução das desigualdades sociais. No contexto da Agenda 2025, a evolução do sistema de saúde assumiu particular relevância enquanto indicador da capacidade do Estado em assegurar o acesso equitativo a serviços essenciais e em promover o bem-estar da população.

No início do período em análise, Moçambique apresentava indicadores de saúde particularmente desfavoráveis, caracterizados por uma taxa de mortalidade infantil superior a 150 óbitos por cada 1.000 nados vivos no final da década de 1990, uma taxa de mortalidade materna acima de 800 mortes por cada 100.000 nados vivos e uma esperança média de vida inferior a 50 anos. Estes indicadores reflectiam fragilidades profundas no sistema de saúde, associadas a limitações no acesso, escassez de infra-estruturas e défices críticos de recursos humanos qualificados.

Ao longo do período compreendido entre 2000 e 2025, registaram-se progressos relevantes em vários indicadores-chave. A taxa de mortalidade infantil reduziu-se de forma significativa, situando-se actualmente abaixo de 60 óbitos por cada 1.000 nados vivos, enquanto a mortalidade em crianças menores de cinco anos registou uma queda acentuada, reflectindo melhorias no acesso a cuidados de saúde primários e na cobertura de serviços básicos. A mortalidade materna, embora ainda elevada, apresentou igualmente uma tendência de redução, situando-se actualmente em torno de 450 a 500 mortes por cada 100.000 nados vivos.

Paralelamente, a esperança média de vida registou uma evolução positiva, passando de cerca de 45–50 anos no início do período para aproximadamente 60 anos em 2023, o que representa um ganho significativo em termos de bem-estar da população. Estes progressos estão associados, em grande medida, à expansão da rede de unidades sanitárias, ao aumento da cobertura de serviços de saúde e à implementação de programas de saúde pública orientados para a prevenção e tratamento de doenças prioritárias.

Um dos avanços mais significativos registados no período foi o progresso no combate ao HIV/SIDA. A taxa de prevalência estabilizou e, em alguns grupos populacionais, registou uma redução, enquanto o número de pessoas em tratamento anti-retroviral aumentou de forma substancial, ultrapassando actualmente 1,5 milhões de beneficiários. Este alargamento da

cobertura do tratamento contribuiu para uma redução significativa da mortalidade associada à doença e para a melhoria da qualidade de vida dos doentes.

No domínio do combate à malária, que continua a constituir uma das principais causas de morbilidade e mortalidade no país, foram registados avanços relevantes, incluindo a expansão da distribuição de redes mosquiteiras tratadas e o reforço das campanhas de prevenção. Estes esforços contribuíram para a redução da mortalidade associada à doença, particularmente entre crianças menores de cinco anos, embora a incidência permaneça elevada em várias regiões do país.

Não obstante estes progressos, o desempenho do sector da saúde continua condicionado por limitações estruturais significativas. A despesa pública em saúde permanece relativamente baixa, situando-se em torno de 5% a 6% do Produto Interno Bruto, o que limita a capacidade de expansão e melhoria dos serviços. A densidade de profissionais de saúde continua igualmente reduzida, com menos de 1 médico por cada 10.000 habitantes, evidenciando constrangimentos sérios ao nível da capacidade de resposta do sistema.

Tabela 4. Evolução dos indicadores de saúde (*principais)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Esperança de vida (anos)*	50	52	55	58	62	64
Mortalidade infantil (por 1.000)	150	120	92	70	53	50
Mortalidade materna (por 100.000)*	1452	1209	902	624	360	99
Mortalidade neonatal (por 1.000)	62.8	63.0	61.8	57.3	46.8	25.4
Mortalidade <5 anos (por 1.000)*	274.7	269.0	265.7	254.1	151.0	65.8
Prevalência de HIV (%)	12.2	11.5	11.5	12.5	12.0	—
Novas infeções HIV (adultos)	31000	65000	110000	110000	100000	70000
Novas infeções HIV (jovens)	14000	30000	50000	55000	50000	34000
Incidência de malária (por 1.000)	494.65	483.85	371.47	345.21	320.65	295.10
Cobertura pré-natal (%)	71.4	75.8	84.5	92.3	90.6	94.0
Vacinação (DPT3/HepB3 %)*	47	76	75	85	56	70
Água potável (% população)	23.4	28.9	35.3	44.5	56.3	66.6
Saneamento (% população)	10.7	14.7	18.8	24.7	32.1	38.6
Higiene básica (% população)	11.2	11.4	12.8	13.98	15.2	15.8

Fonte: PARPA & PQG's

A cobertura dos serviços de saúde, embora expandida, apresenta assimetrias marcadas entre áreas urbanas e rurais, sendo que uma parte significativa da população rural continua a enfrentar dificuldades de acesso físico a unidades sanitárias. Adicionalmente, persistem desafios relevantes no domínio da qualidade dos serviços, incluindo limitações na disponibilidade de medicamentos essenciais, deficiências na gestão hospitalar e insuficiências nos sistemas de monitoria e avaliação.

A elevada prevalência de desnutrição crónica, que afecta cerca de 35% a 40% das crianças menores de cinco anos, constitui igualmente um factor crítico que compromete os resultados em saúde e evidencia a interligação entre este sector e outras dimensões do desenvolvimento, nomeadamente a segurança alimentar e as condições socioeconómicas.

O sistema de saúde moçambicano permanece também vulnerável a choques externos, incluindo epidemias, eventos climáticos extremos e crises económicas, que exercem pressão adicional

sobre a sua capacidade de resposta. A pandemia recente veio evidenciar estas fragilidades, enquanto reforçou a necessidade de fortalecer a resiliência do sistema.

3.4 Educação

O sector da educação constitui um dos pilares estruturantes do capital humano, desempenhando um papel central na promoção do desenvolvimento económico, na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população. No quadro da Agenda 2025, a expansão e melhoria do sistema educativo foram identificadas como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva, produtiva e resiliente.

Tabela 5. Evolução dos principais indicadores de educação

Ano	Taxa líquida matrícula primária (%)	Taxa conclusão primária (%)	Taxa alfabetização adultos (%)
2000	56	27	47
2005	74	39	51
2010	89	47	56
2015	92	50	58
2020	95	54	60
2022	97	57	61
2025	112,8	67,4	71,1

Fonte: PARPA & PQG's

No início do período em análise, Moçambique apresentava níveis muito baixos de escolarização, com taxas líquidas de frequência no ensino primário inferiores a 50% no final da década de 1990 e uma taxa de analfabetismo superior a 55%, atingindo níveis ainda mais elevados nas zonas rurais e entre a população feminina. Estas condições reflectiam limitações estruturais profundas, incluindo insuficiência de infra-estruturas escolares, escassez de professores qualificados e baixos níveis de investimento no sector.

Ao longo do período compreendido entre 2000 e 2025, registaram-se progressos significativos na expansão do acesso à educação, particularmente ao nível do ensino primário. A taxa líquida de escolarização no ensino primário ultrapassou os 90% em meados da década de 2010, reflectindo o impacto de políticas públicas orientadas para a universalização do ensino básico. Este aumento foi acompanhado por uma expansão substancial da rede escolar, com a construção de novas escolas e salas de aula, bem como pelo aumento do número de professores.

A taxa de alfabetização também registou melhorias, passando de cerca de 45% no início do período para aproximadamente 60% a 65% em anos recentes, evidenciando progressos graduais na redução do analfabetismo. No entanto, persistem disparidades significativas entre zonas urbanas e rurais, bem como entre homens e mulheres, sendo que as taxas de analfabetismo continuam particularmente elevadas entre mulheres nas áreas rurais.

Tabela 6. Evolução de outros indicadores de educação

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Matrícula primária (nº alunos)	496,910	577,997	1,426,282	1,260,482	2,829,787	7,656,055
Matrícula secundária (nº alunos)	42,868	54,650	102,745	155,353	243,428	1,071,640
Taxa líquida matrícula secundária (%)	—	6,5	8,9	14,5	19,8	20,2
Crianças fora da escola (% primário)	52,4	61,9	44,5	50,3	16,9	2,0
Persistência até última classe (%)	20,6	34,0	41,8	43,0	31,6	43,1
Rácio aluno/professor (secundário)	—	39,4	41,5	39,8	41,1	43,6
Paridade de género (educação)	0,52	0,67	0,71	0,74	0,82	0,93
Professores qualificados (primário, %)	—	67,4	77,5	85,1	94,9	99,5
Alfabetização masculina (%)	43,8	54,8	65,6	70,8	72,6	74,1
Progressão para secundário (raparigas %)	31,6	48,4	53,5	60,9	64,3	75,5

Fonte: PARPA & PQG's

No ensino secundário, registou-se igualmente uma expansão do acesso, embora a níveis mais modestos. A taxa de escolarização neste nível aumentou de forma gradual, situando-se actualmente entre 25% e 30%, o que evidencia progressos, mas também limitações importantes na transição entre o ensino primário e os níveis subsequentes. Esta situação reflecte constrangimentos relacionados com a capacidade do sistema, a disponibilidade de infra-estruturas e os custos associados à frequência escolar.

Não obstante a expansão do acesso, o sector da educação continua a enfrentar desafios significativos no domínio da qualidade do ensino. As taxas de conclusão permanecem relativamente baixas, especialmente no ensino primário, onde uma proporção considerável de alunos abandona o sistema antes de completar o ciclo. As taxas de repetência continuam igualmente elevadas, reflectindo dificuldades no processo de aprendizagem e limitações na qualidade do ensino ministrado.

A relação aluno-professor permanece elevada, situando-se frequentemente acima de 50 alunos por professor em muitas regiões do país, o que compromete a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Adicionalmente, persistem limitações ao nível da formação e qualificação dos professores, bem como na disponibilidade de materiais pedagógicos adequados.

Outro desafio relevante prende-se com a adequação do sistema educativo às necessidades do mercado de trabalho. O sistema continua fortemente orientado para uma formação teórica, com limitada articulação com as exigências da economia, o que contribui para a existência de um desfasamento entre as competências adquiridas pelos estudantes e as necessidades do sector produtivo. Esta situação limita o potencial da educação como motor de transformação económica e social.

A análise evidencia igualmente a existência de desigualdades territoriais significativas no acesso e qualidade da educação, com as zonas rurais a apresentarem indicadores consistentemente inferiores aos das áreas urbanas. Factores como a pobreza, a distância às escolas e as condições socioeconómicas das famílias continuam a influenciar negativamente a permanência dos alunos no sistema educativo.

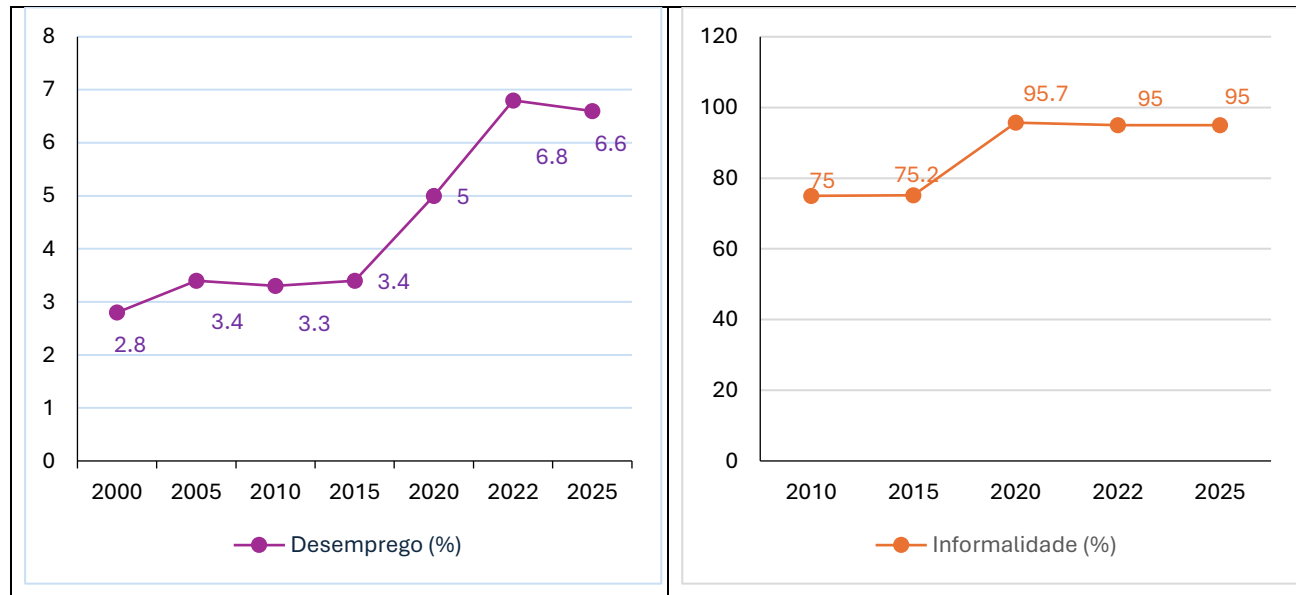
A avaliação global do sector indica que, embora Moçambique tenha registado progressos importantes na expansão do acesso à educação, estes não foram acompanhados por melhorias equivalentes na qualidade e na eficiência do sistema. Os ganhos observados reflectem sobretudo uma expansão quantitativa, sem uma transformação estrutural profunda capaz de assegurar resultados sustentáveis e alinhados com as necessidades do desenvolvimento económico.

3.5 Emprego e Estrutura Económica

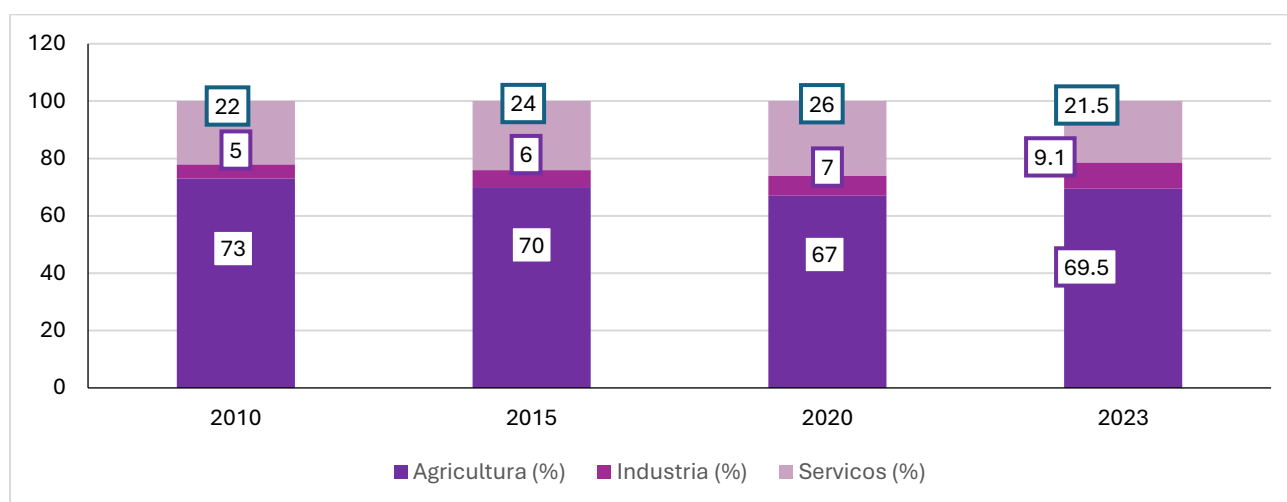
A dinâmica do emprego e a estrutura da economia constituem elementos centrais para a avaliação da capacidade de um país em traduzir crescimento económico em melhoria efectiva das condições de vida da população. No quadro da Agenda 2025, a transformação estrutural da economia e a criação de emprego produtivo foram identificadas como factores determinantes para a redução da pobreza, a promoção da inclusão social e a sustentabilidade do desenvolvimento.

No início do período em análise, a economia moçambicana caracterizava-se por uma forte dependência do sector agrícola de subsistência, responsável por empregar mais de 70% da população activa, embora com níveis de produtividade extremamente baixos. O sector formal apresentava uma dimensão reduzida, absorvendo apenas uma pequena fracção da força de trabalho, enquanto a informalidade dominava amplamente o mercado de trabalho. Esta configuração reflectia uma estrutura económica pouco diversificada, com limitada capacidade de geração de valor acrescentado e de absorção de mão-de-obra qualificada.

Gráfico 5. Evolução do Emprego e da Estrutura Económica em Moçambique (2000–2025)



Fonte: Banco Mundial (WDI), OIT (ILOSTAT)

Gráfico 6: Evolução da Estrutura do Emprego

Fonte: Banco Mundial (WDI), OIT (ILOSTAT)

Ao longo do período compreendido entre 2000 e 2025, Moçambique registou taxas de crescimento económico relativamente elevadas em vários anos, frequentemente superiores a 6% ao ano durante a década de 2000. Este crescimento foi impulsionado, em grande medida, por investimentos em sectores extractivos e por projectos de grande dimensão, designadamente nos sectores da mineração, energia e infra-estruturas. Contudo, a natureza deste crescimento revelou-se pouco intensiva em mão-de-obra, limitando o seu impacto na criação de emprego.

Apesar da expansão económica, o mercado de trabalho manteve-se caracterizado por elevados níveis de informalidade. Estima-se que mais de 80% da força de trabalho esteja empregada no sector informal, sobretudo em actividades de baixa produtividade, como o comércio informal e a agricultura de subsistência. Esta realidade limita significativamente o potencial de geração de rendimento e a capacidade de redução sustentável da pobreza.

A taxa de desemprego aberto, embora relativamente baixa em termos estatísticos, não reflecte adequadamente a realidade do mercado de trabalho, sendo que a maioria da população activa se encontra sub-empregada ou inserida em actividades precárias e de baixa remuneração. O desemprego jovem constitui um desafio particularmente relevante, com uma proporção significativa de jovens a enfrentar dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, apesar do aumento gradual dos níveis de escolarização.

A estrutura produtiva da economia permaneceu pouco diversificada ao longo do período. O sector agrícola continuou a desempenhar um papel dominante em termos de emprego, enquanto o sector industrial se manteve relativamente limitado, representando menos de 15% do Produto Interno Bruto em anos recentes. A indústria transformadora, em particular, registou um desenvolvimento insuficiente, caracterizado por baixos níveis de investimento, limitada capacidade produtiva e fraca integração nas cadeias de valor.

O sector dos serviços registou uma expansão significativa, passando a representar uma parcela crescente do Produto Interno Bruto, impulsionado pelo crescimento do comércio, transportes e telecomunicações. No entanto, grande parte deste crescimento ocorreu em actividades de baixa produtividade, com impacto limitado na transformação estrutural da economia.

A limitada diversificação económica e a fraca articulação entre sectores contribuíram para a vulnerabilidade da economia a choques externos, incluindo flutuações nos preços das matérias-primas e alterações nas condições económicas internacionais. Esta vulnerabilidade condicionou a estabilidade do crescimento e limitou a capacidade do país em sustentar trajectórias de desenvolvimento mais robustas e inclusivas.

O ambiente de negócios permaneceu condicionado por diversos factores estruturais, incluindo custos elevados de financiamento, limitações no acesso ao crédito, deficiências nas infra-estruturas, instabilidade macroeconómica e fragilidades institucionais. Estes constrangimentos afectaram negativamente o desenvolvimento do sector privado, limitando a sua capacidade de investimento, inovação e criação de emprego.

3.6 Avaliação Global do Pilar Capital Humano

A avaliação global do Pilar Capital Humano no período da Agenda 2025 revela um quadro de progressos relevantes, embora insuficientes para produzir a transformação estrutural necessária ao desenvolvimento acelerado e inclusivo de Moçambique. Entre 2000 e 2025, o país registou melhorias assinaláveis em vários indicadores sociais fundamentais, designadamente no acesso à educação, expansão dos serviços de saúde, aumento gradual da esperança de vida e maior cobertura de alguns serviços básicos. Todavia, estes avanços ocorreram a um ritmo inferior ao exigido pela dinâmica demográfica nacional, pelas necessidades do mercado de trabalho e pelos objectivos estratégicos definidos na própria Agenda 2025.

No domínio da educação, os resultados foram positivos sobretudo na expansão quantitativa do acesso escolar. O aumento das taxas de matrícula no ensino primário e a redução progressiva do analfabetismo representam ganhos importantes do período. Contudo, persistiram fragilidades significativas ao nível da qualidade do ensino, retenção escolar, transição para níveis subsequentes e insuficiência da formação técnico-profissional. O sistema educativo cresceu em cobertura mais rapidamente do que em qualidade, o que limitou a sua capacidade de formar recursos humanos adequados às exigências de modernização económica.

No sector da saúde, verificaram-se progressos igualmente relevantes. A redução da mortalidade infantil e materna, o aumento da esperança média de vida e a expansão territorial da rede sanitária evidenciam esforço público continuado e resultados concretos. Porém, o sistema de saúde permaneceu condicionado por carência de infra-estruturas, escassez de profissionais qualificados, dependência de financiamento externo em vários programas e desigualdades territoriais no acesso aos serviços. A melhoria existiu, mas sem robustez suficiente para assegurar cobertura universal de qualidade.

Quanto às condições básicas de vida, houve avanços graduais no acesso à energia eléctrica, abastecimento de água, comunicações e outros serviços essenciais, sobretudo em centros urbanos e zonas periurbanas. Ainda assim, uma parte significativa da população continuou a enfrentar limitações habitacionais, vulnerabilidade alimentar, precariedade sanitária e forte dependência de actividades informais de subsistência. O crescimento económico registado no período não se traduziu plenamente em melhoria homogénea das condições materiais de vida.

No mercado de trabalho, os resultados revelaram-se mais modestos. Apesar do crescimento da população activa e da expansão do sistema educativo, a economia nacional não gerou emprego formal em escala suficiente. A informalidade manteve-se dominante, especialmente entre jovens e mulheres, enquanto a absorção de mão-de-obra qualificada permaneceu limitada. Esta

realidade reduziu o retorno económico do investimento em educação e condicionou a transformação do capital humano em produtividade efectiva.

Do ponto de vista estratégico, o principal constrangimento deste pilar foi o desfasamento entre expansão social e capacidade económica de sustentação. O país melhorou no acesso a serviços, mas não consolidou suficientemente a qualidade desses serviços nem a ligação entre formação, emprego e produtividade. Em termos simples, registou-se progresso social mais visível do que progresso estrutural.

Importa igualmente considerar o peso da pressão demográfica. O crescimento rápido da população implicou procura crescente por escolas, hospitais, habitação, emprego e infra-estruturas sociais. Em vários momentos, parte dos ganhos alcançados foi absorvida pelo aumento da procura, reduzindo o impacto líquido das políticas públicas sobre o bem-estar médio da população.

À luz da metodologia da Agenda 2025, o desempenho agregado do pilar capital humano situa-se no nível 3 numa escala de cinco níveis, correspondendo a progresso moderado. O cenário predominante é o **Cágado**, caracterizado por avanços reais, porém lentos, desiguais e insuficientemente transformadores. O país avançou de forma efectiva neste domínio, mas sem alcançar a velocidade e profundidade necessárias para convergir com o cenário Abelha, que pressupunha capital humano robusto, amplamente qualificado e capaz de sustentar crescimento dinâmico e inclusivo.

Em termos globais, pode afirmar-se que o capital humano constitui uma das áreas em que Moçambique obteve melhores resultados no período da Agenda 2025, sobretudo quando comparado com os pilares económico e institucional. Contudo, esses resultados permaneceram aquém do potencial nacional e das exigências do futuro. O desafio pós-2025 consiste em passar da lógica de expansão de cobertura para uma lógica de qualidade, produtividade e integração entre educação, saúde e emprego.

Conclui-se, assim, que o pilar capital humano registou progresso efectivo e socialmente relevante, mas não suficiente para se converter no motor transformador do desenvolvimento nacional. O caminho percorrido foi positivo, porém gradual, mantendo-se por cumprir a tarefa estratégica de transformar população numerosa em verdadeira vantagem económica e social para Moçambique.

Tabela 7. Avaliação Global do Pilar Capital Humano

Indicador Agregado do Pilar	Situação Inicial (2000)	Situação Estimada (2025)	Nível Ideal	Cenário Predominante	Avaliação
Capital Humano	2	3	5	Cágado	Registaram-se progressos relevantes na expansão da educação, melhoria gradual da saúde pública e aumento do acesso a serviços básicos. Persistiram, contudo, fragilidades na qualidade do ensino, capacidade do sistema de saúde, empregabilidade juvenil e produtividade laboral.

Fonte: Estimativas com base nos critérios da Visão 2025

4 PILAR II — CAPITAL SOCIAL

O presente capítulo avalia o desempenho do Pilar II — Capital Social no quadro da Agenda 2025, incidindo sobre dimensões como redução das desigualdades, género e inclusão social, juventude, comunidades locais, terra e recursos naturais, bem como família e estabilidade social.

4.1 Enquadramento Estratégico do Pilar

No quadro conceptual da Agenda 2025, o capital social foi identificado como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento nacional, reconhecendo-se que o progresso económico e institucional de um país não depende apenas de recursos materiais, infra-estruturas ou políticas públicas, mas também da qualidade das relações sociais, da confiança entre cidadãos, da coesão nacional e da capacidade colectiva de cooperar em torno de objectivos comuns. Para Moçambique, país marcado por diversidade cultural, assimetrias regionais e uma história recente de conflito, este pilar assumia importância estratégica singular.

A inclusão do capital social como segundo grande pilar reflecte o entendimento de que sociedades coesas, inclusivas e organizadas tendem a gerar melhores resultados económicos, maior estabilidade política e instituições mais eficazes. Pelo contrário, contextos marcados por exclusão social, desigualdade extrema, fragmentação territorial ou baixa confiança colectiva tendem a enfrentar maiores custos económicos, menor capacidade reformista e fragilidade institucional persistente. A Agenda 2025 reconheceu correctamente que o desenvolvimento sustentável exige bases sociais sólidas, para além do mero crescimento estatístico.

No caso moçambicano, o capital social integra várias dimensões interdependentes. Uma primeira dimensão refere-se à coesão nacional e à unidade do Estado, elemento particularmente relevante num país geograficamente extenso, socialmente diverso e com diferentes níveis históricos de integração territorial. Uma segunda dimensão relaciona-se com a inclusão social, isto é, a capacidade de reduzir desigualdades regionais, económicas e de oportunidades entre grupos sociais. Uma terceira dimensão prende-se com o papel da família, da comunidade e das redes de solidariedade informal, historicamente centrais na sobrevivência económica e social das populações. Uma quarta dimensão abrange juventude, género, participação cívica e valorização da diversidade cultural. Finalmente, integra-se neste pilar a relação entre comunidades e recursos naturais, incluindo acesso à terra e uso equilibrado dos activos colectivos.

Do ponto de vista económico, o capital social possui impacto directo sobre a produtividade nacional. Comunidades coesas e estáveis reduzem custos de transacção, facilitam cooperação económica, promovem empreendedorismo local e aumentam a capacidade de implementação de políticas públicas. Quando existe confiança social, respeito pelas regras e sentido de pertença colectiva, o investimento privado tende a expandir-se e a acção do Estado torna-se mais eficaz. Em contraste, conflitos sociais, exclusão persistente e desigualdades acentuadas elevam custos económicos e limitam o crescimento.

Em Moçambique, a relevância deste pilar foi reforçada pelo peso da economia rural e informal. Em vastas zonas do país, a vida económica depende fortemente de mecanismos comunitários, redes familiares, sistemas tradicionais de gestão de recursos e formas locais de solidariedade. A resiliência das famílias face a choques climáticos, crises económicas ou insuficiência de serviços públicos assentou, em muitos casos, precisamente neste capital social informal. A

Agenda 2025 captou esta realidade ao atribuir centralidade estratégica às comunidades locais e às estruturas sociais de base.

Outro elemento determinante deste pilar reside na juventude. Num país com forte predominância demográfica jovem, a inclusão económica e social das novas gerações constitui factor decisivo de estabilidade futura. Juventude integrada em educação, emprego e participação cívica representa potencial produtivo e inovação. Juventude excluída ou sem perspectivas representa risco acrescido de tensão social, migração forçada, informalidade persistente e vulnerabilidade económica. O Capital Social, neste sentido, depende largamente da capacidade de transformar a transição demográfica em oportunidade nacional.

A dimensão de género também assume importância estratégica. Sociedades que limitam a participação económica, política ou social da mulher tendem a desperdiçar parte significativa do seu potencial produtivo. Para Moçambique, a valorização do papel económico e social das mulheres, especialmente no meio rural e no comércio informal, constitui elemento central para o fortalecimento deste pilar. A Agenda 2025 incorporou correctamente esta perspectiva ao tratar género como variável transversal do desenvolvimento.

Importa igualmente sublinhar a relação entre capital social e governação. Estados fortes necessitam de sociedades participativas, confiantes e cooperantes. A qualidade das políticas públicas melhora quando existe cidadania activa, diálogo social e legitimidade institucional. Por conseguinte, o desempenho deste pilar influencia directamente a estabilidade política e a eficácia governativa.

No período abrangido pela Agenda 2025, o capital social tornou-se ainda mais relevante em virtude do aumento das pressões urbanas, expansão demográfica, mudanças tecnológicas e crescente exposição a choques climáticos e económicos. Nestes contextos, sociedades com fraca coesão tendem a fragmentar-se mais rapidamente, enquanto sociedades com redes sólidas de cooperação revelam maior capacidade de adaptação.

O enquadramento estratégico do capital social assenta na convicção de que o desenvolvimento nacional exige não apenas riqueza económica, mas também confiança colectiva, inclusão social, equilíbrio territorial e capacidade de cooperação entre cidadãos, comunidades e instituições. Para Moçambique, este pilar representava condição indispensável para transformar diversidade em unidade, crescimento em coesão e modernização em estabilidade duradoura. A avaliação do período 2000–2025 buscou aferir até que ponto o país conseguiu fortalecer os seus laços sociais, reduzir desigualdades e consolidar bases colectivas de progresso sustentável.

4.2 Coesão Social e Redução das Desigualdades

Entre 2000 e 2025, Moçambique registou progressos importantes em vários indicadores associados à coesão social, embora persistam desigualdades estruturais que limitaram uma transformação mais profunda e equilibrada da sociedade. A evolução observada demonstra que o país avançou no acesso a oportunidades básicas e na inclusão institucional, mas continuou distante de um padrão de desenvolvimento plenamente distributivo.

No domínio da desigualdade de rendimento, o Índice de Gini situava-se em 0,47 no ano 2000, melhorou para 0,42 em 2005, mas voltou a deteriorar-se para 0,54 em 2015, revelando concentração dos ganhos económicos durante os anos de maior crescimento. Em 2025, estima-

se uma ligeira melhoria para 0,49, nível ainda elevado e indicativo de persistente desigualdade económica.

O acesso à electricidade constitui um dos sinais mais evidentes de inclusão territorial. A cobertura nacional passou de apenas 6% da população em 2000 para 12% em 2005, atingiu 28% em 2015 e aproxima-se de 40% em 2025. Este avanço representa expansão relevante das infra-estruturas económicas e sociais, com impacto positivo sobre qualidade de vida, educação e actividade produtiva.

No plano político e institucional, a participação da mulher registou evolução assinalável. A proporção de mulheres no Parlamento aumentou de 30% em 2000 para 43% em 2020, mantendo-se em torno de 38% em 2025. Este desempenho posiciona Moçambique entre os países africanos com maior representação feminina nas instituições legislativas, reforçando inclusão política e capital social.

A urbanização também evoluiu gradualmente. A população urbana representava 29% do total nacional em 2000, subiu para 34% em 2015 e deverá atingir 40% em 2025. Este movimento traduz maior concentração populacional em centros urbanos, criando oportunidades económicas, mas igualmente novas pressões sobre habitação, emprego e serviços públicos.

No campo da educação, a taxa de alfabetização de adultos passou de 44% em 2000 para 56% em 2010, alcançando cerca de 67% em 2025. Este progresso demonstra melhoria efectiva do capital humano e maior capacidade de participação económica e cívica da população.

Apesar destes avanços, os indicadores mostram que o crescimento económico não foi suficientemente inclusivo para reduzir de forma consistente as desigualdades. A melhoria do acesso a serviços coexistiu com forte concentração de rendimento, disparidades territoriais e oportunidades desiguais entre zonas urbanas e rurais.

Tabela 8. Indicadores de Coesão Social e Redução das Desigualdades em Moçambique (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Índice de Gini	0.47	0.42	0.45	0.54	0.50	0.49
Acesso à Electricidade (% população)	6	12	18	28	34	40
Mulheres no Parlamento (%)	30	35	39	39	43	38
População Urbana (%)	29	31	32	34	37	40
Taxa de Alfabetização Adultos (%)	44	50	56	60	63	67

Fontes: Banco Mundial, UNDP, UNICEF, INE Moçambique, Inter-Parliamentary Union.

4.3 Género e Inclusão Social

Entre 2000 e 2025, Moçambique registou progressos importantes em vários indicadores associados à coesão social, embora persistam desigualdades estruturais que limitaram uma transformação mais profunda e equilibrada da sociedade. A evolução observada demonstra que o país avançou no acesso a oportunidades básicas e na inclusão institucional, mas continuou distante de um padrão de desenvolvimento plenamente distributivo.

No domínio da desigualdade de rendimento, o Índice de Gini situava-se em 0,47 no ano 2000, melhorou para 0,42 em 2005, mas voltou a deteriorar-se para 0,54 em 2015, revelando concentração dos ganhos económicos durante os anos de maior crescimento. Em 2025, estima-

se uma ligeira melhoria para 0,49, nível ainda elevado e indicativo de persistente desigualdade económica.

O acesso à electricidade constitui um dos sinais mais evidentes de inclusão territorial. A cobertura nacional passou de apenas 6% da população em 2000 para 12% em 2005, atingiu 28% em 2015 e aproxima-se de 40% em 2025. Este avanço representa expansão relevante das infra-estruturas económicas e sociais, com impacto positivo sobre qualidade de vida, educação e actividade produtiva.

No plano político e institucional, a participação da mulher registou evolução assinalável. A proporção de mulheres no Parlamento aumentou de 30% em 2000 para 43% em 2020, mantendo-se em torno de 38% em 2025. Este desempenho posiciona Moçambique entre os países africanos com maior representação feminina nas instituições legislativas, reforçando inclusão política e capital social.

A urbanização também evoluiu gradualmente. A população urbana representava 29% do total nacional em 2000, subiu para 34% em 2015 e deverá atingir 40% em 2025. Este movimento traduz maior concentração populacional em centros urbanos, criando oportunidades económicas, mas igualmente novas pressões sobre habitação, emprego e serviços públicos.

No campo da educação, a taxa de alfabetização de adultos passou de 44% em 2000 para 56% em 2010, alcançando cerca de 67% em 2025. Este progresso demonstra melhoria efectiva do capital humano e maior capacidade de participação económica e cívica da população.

Apesar destes avanços, os indicadores mostram que o crescimento económico não foi suficientemente inclusivo para reduzir de forma consistente as desigualdades. A melhoria do acesso a serviços coexistiu com forte concentração de rendimento, disparidades territoriais e oportunidades desiguais entre zonas urbanas e rurais.

Tabela 9. Indicadores de Coesão Social e Redução das Desigualdades em Moçambique (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Índice de Gini	0.47	0.42	0.45	0.54	0.50	0.49
Acesso à Electricidade (% população)	6	12	18	28	34	40
Mulheres no Parlamento (%)	30	35	39	39	43	38
População Urbana (%)	29	31	32	34	37	40
Taxa de Alfabetização Adultos (%)	44	50	56	60	63	67

Fontes: Banco Mundial, UNDP, UNICEF, INE Moçambique, Inter-Parliamentary Union.

4.4 Juventude e Inserção Social

A juventude constitui um dos activos estratégicos mais relevantes de Moçambique, atendendo ao peso demográfico das novas gerações e ao seu potencial contributo para o crescimento económico, inovação e estabilidade social. No quadro da Agenda 2025, a inserção social da juventude foi correctamente identificada como variável determinante do Capital Social, na medida em que sociedades jovens necessitam transformar expansão demográfica em capital produtivo e cidadania activa. Quando tal processo falha, aumentam os riscos de desemprego estrutural, informalidade persistente, exclusão urbana e tensão social.

Entre 2000 e 2025, Moçambique manteve uma estrutura populacional marcadamente jovem. A população com menos de 25 anos representava cerca de 64% do total em 2000, permanecendo acima de 60% em 2025. Esta realidade criou simultaneamente oportunidade e pressão estrutural sobre o sistema educativo, mercado de trabalho, habitação, saúde e políticas públicas de inclusão.

No domínio da educação juvenil, verificaram-se progressos relevantes no acesso ao ensino primário e secundário. A taxa líquida de frequência escolar dos jovens entre 15 e 24 anos aumentou de forma gradual ao longo do período, acompanhando a expansão da rede escolar nacional. Contudo, persistiram elevadas taxas de abandono escolar precoce, sobretudo entre raparigas, jovens rurais e famílias de menor rendimento. A transição entre escola e mercado de trabalho continuou frágil, limitando o retorno económico do investimento educativo.

No mercado laboral, os resultados foram mais modestos. A taxa de desemprego jovem urbano manteve-se elevada, especialmente nos principais centros urbanos, enquanto a maioria dos jovens economicamente activos permaneceu inserida no sector informal, agricultura de subsistência ou actividades precárias de baixo rendimento. Em 2025, estima-se que mais de 75% dos jovens empregados continuem em ocupações informais ou vulneráveis. Esta realidade demonstra que o crescimento económico registado no período não foi suficiente para absorver a nova força de trabalho em empregos formais e produtivos.

A participação cívica e política da juventude melhorou gradualmente, com maior presença em associações comunitárias, iniciativas empreendedoras, plataformas digitais e processos eleitorais. Contudo, a representação juvenil em espaços formais de decisão pública permaneceu limitada. Persistiram igualmente dificuldades de acesso ao crédito, terra urbana, habitação e financiamento para iniciativas empresariais juvenis.

No plano social, a juventude urbana enfrentou desafios acrescidos ligados à expansão desordenada das cidades, custo de vida crescente, insuficiência de emprego e serviços públicos pressionados. Em zonas rurais, muitos jovens continuaram dependentes de agricultura familiar de baixa produtividade ou migração interna em busca de oportunidades.

Apesar destes constrangimentos, importa reconhecer progressos relevantes. A taxa de alfabetização juvenil aumentou de forma expressiva, a conectividade digital expandiu-se e emergiu uma nova geração com maior exposição tecnológica, capacidade adaptativa e aspirações económicas mais elevadas. Estes factores representam base positiva para o período pós-2025, desde que acompanhados por políticas activas de emprego, qualificação e empreendedorismo.

Tabela 10. Indicadores de Juventude e Inserção Social em Moçambique (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
População com menos de 25 anos (% total)	64	63	62	61	61	60
Taxa de Alfabetização Juvenil 15–24 (%)	52	60	68	74	79	83
Frequência Escolar Jovem 15–24 (%)	38	45	52	58	63	68
Desemprego Jovem Urbano (%)	18	19	21	23	24	22
Jovens em Emprego Informal (%)	88	85	83	80	78	75
Utilização de Internet entre Jovens (%)	1	3	8	18	32	48

Fontes: Banco Mundial, ILOSTAT, UNICEF, UNDESA, INE Moçambique, UNESCO.

4.5 Comunidades Locais e Capital Comunitário

As comunidades locais desempenham papel central na estrutura económica e social de Moçambique, sobretudo nas zonas rurais, onde a organização comunitária continua a ser determinante para produção agrícola, gestão de recursos naturais, resolução de conflitos e protecção social informal. No quadro da Agenda 2025, o capital comunitário representa a capacidade colectiva de cooperação, solidariedade e auto-organização das populações locais.

Entre 2000 e 2025, verificaram-se progressos graduais na institucionalização da participação comunitária. O número de distritos com conselhos consultivos locais expandiu-se significativamente após os processos de descentralização administrativa. Em meados da década de 2000, menos de 40% dos distritos possuíam mecanismos activos de consulta local; em 2025 estima-se cobertura superior a 85%. Este avanço reforçou canais de participação comunitária, embora com qualidade desigual entre territórios.

No sector rural, associações de produtores e cooperativas cresceram de forma moderada. Em 2000, menos de 10% dos pequenos produtores estavam organizados em associações formais; em 2025 a taxa aproxima-se de 28%, o que revela progresso institucional, ainda aquém do desejável.

Persistem, contudo, limitações relevantes em capacidade técnica local, financiamento comunitário e acesso a mercados. Em várias zonas, o capital comunitário continua forte no plano social, mas frágil no plano económico.

Tabela 11. Indicadores de Comunidades Locais e Capital Comunitário (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
População Rural (% total)	71	69	68	66	63	60
Associações Comunitárias Registadas (índice 2000=100)	100	145	210	280	340	390
Cobertura de Programas Comunitários Locais (% distritos)	22	38	52	64	72	78
Participação Comunitária em Projectos Locais (%)	18	26	34	41	47	52

Fontes: INE Moçambique, Banco Mundial, UNDP, relatórios sectoriais nacionais.

4.6 Terra, Recursos Naturais e Segurança Económica das Famílias

A terra e os recursos naturais constituem base essencial da subsistência e do rendimento de milhões de famílias moçambicanas. Num país onde grande parte da população depende directa ou indirectamente da agricultura, pesca, floresta e actividades extractivas, a segurança económica familiar depende fortemente do acesso e uso sustentável destes activos.

Entre 2000 e 2025, a agricultura familiar continuou a empregar mais de 65% da população activa, embora com baixa produtividade. O número de títulos formais de uso e aproveitamento da terra aumentou significativamente, passando de cerca de 20 mil DUATs registados em 2000 para mais de 350 mil em 2025, o que representa avanço relevante na formalização.

Todavia, persistiram conflitos localizados entre comunidades e investimentos de grande escala, pressões climáticas crescentes e vulnerabilidade alimentar. Em 2025, cerca de 35% das famílias rurais continuam expostas à insegurança alimentar sazonal.

A exploração de gás, carvão e outros recursos aumentou receitas potenciais, mas a sua transmissão directa para segurança económica das famílias permaneceu limitada.

Tabela 12. Terra, Recursos Naturais e Segurança Económica das Famílias (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
População Dependente da Agricultura (%)	81	78	74	71	68	65
DUATs Formalizados (milhares)	20	55	110	190	280	350
Famílias Rurais com Insegurança Alimentar (%)	48	45	42	39	37	35
Área Irrigada (% potencial estimado)	3	4	5	6	7	8

Fontes: FAO, Banco Mundial, Ministério da Agricultura, INE Moçambique.

4.7 Família, Valores e Estabilidade Social

A família continua a ser a principal rede de protecção económica e social em Moçambique. Em contextos de informalidade elevada, desemprego e cobertura social limitada, o agregado familiar assume funções de sustento, acolhimento, redistribuição de rendimento e transmissão de valores sociais.

Entre 2000 e 2025, observou-se melhoria gradual em alguns indicadores sociais associados à estabilidade familiar. A taxa de fecundidade reduziu-se de 5,9 filhos por mulher em 2000 para cerca de 4,4 em 2025, reflectindo maior escolarização feminina e acesso a serviços de saúde reprodutiva.

A proporção de crianças órfãs ou vulneráveis aumentou em parte do período devido ao HIV/SIDA, estabilizando posteriormente com melhorias sanitárias. O casamento prematuro permaneceu desafio relevante, embora em redução gradual: de cerca de 56% das mulheres casadas antes dos 18 anos em 2000 para 48% em 2025.

A cobertura de protecção social básica aumentou, beneficiando famílias vulneráveis urbanas e rurais, embora ainda limitada face às necessidades nacionais.

Tabela 13. Família, Valores e Estabilidade Social (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Taxa de Fecundidade (filhos por mulher)	5.9	5.6	5.2	4.9	4.6	4.4
Mulheres Casadas antes dos 18 anos (%)	56	54	52	50	49	48
Famílias com Apoio de Protecção Social (%)	3	5	8	11	15	18
Esperança Média de Vida (anos)	47	50	54	58	61	63

Fontes: UNICEF, UNFPA, Banco Mundial, INE Moçambique, Ministério do Género e Acção Social.

4.8 Avaliação Global do Pilar Capital Social

A avaliação global do Pilar Capital Social entre 2000 e 2025 revela progresso efectivo, embora gradual e incompleto. O país fortaleceu mecanismos de participação comunitária, aumentou a inclusão política da mulher, melhorou indicadores de alfabetização e registou alguma formalização no acesso à terra.

No entanto, persistiram desigualdades económicas relevantes, vulnerabilidade alimentar rural, casamento prematuro, baixa produtividade comunitária e fragilidade dos mecanismos económicos locais. O crescimento nacional não se converteu plenamente em coesão territorial e mobilidade social ampla.

À luz da metodologia da Agenda 2025, este pilar situa-se no nível 3, correspondendo ao cenário Cágado. Houve progresso real, mas abaixo do necessário para alcançar o cenário Abelha, caracterizado por elevada coesão social, prosperidade partilhada e forte capital comunitário.

Tabela 14. Avaliação Global do Pilar Capital Social

Indicador Agregado do Pilar	Situação Inicial (2000)	Situação Estimada (2025)	Nível Ideal	Cenário Predominante	Avaliacao
Capital Social	2	3	5	Cágado	Registaram-se avanços relevantes em inclusão social, participação comunitária e igualdade de género. Persistiram desigualdades territoriais, fragilidade económica rural e limitada mobilidade social.

Fonte: Estimativas com base nos critérios da Visão 2025

5 PILAR III — ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Esta secção avalia o desempenho do Pilar III — Economia e Desenvolvimento no quadro da Agenda 2025, analisando até que ponto Moçambique conseguiu transformar crescimento económico em desenvolvimento efectivo, inclusivo e sustentável. A análise incide sobre dimensões fundamentais como crescimento económico, estabilidade macroeconómica, desenvolvimento rural e agrícola, sector privado, competitividade empresarial, finanças públicas, qualidade da despesa e sustentabilidade da dívida pública.

5.1 Enquadramento Estratégico do Pilar

No quadro conceptual da Agenda 2025, o Pilar Economia e Desenvolvimento foi concebido como base material da transformação nacional, partindo do princípio de que a melhoria sustentada das condições de vida da população depende da capacidade do país gerar riqueza, criar emprego produtivo, elevar produtividade e financiar o progresso social através de uma economia dinâmica e resiliente. Para Moçambique, este pilar assumia importância central, atendendo ao baixo nível de rendimento per capita existente no início do período, à reduzida industrialização, à forte dependência externa e à predominância de actividades económicas de baixa produtividade.

A Agenda 2025 reconheceu correctamente que o crescimento económico, por si só, não seria suficiente. O desafio estratégico consistia em transformar crescimento em desenvolvimento, isto é, converter expansão do Produto Interno Bruto em emprego, receitas públicas sustentáveis, diversificação produtiva e redução duradoura da pobreza. Tal objectivo exigia mudança estrutural da economia nacional, superando o peso excessivo da agricultura de subsistência e da dependência de exportações primárias.

No início dos anos 2000, Moçambique encontrava-se numa fase de recuperação económica pós-conflito, beneficiando de estabilização macroeconómica, reformas institucionais e entrada de investimento externo. O crescimento real do PIB superava frequentemente 7% ao ano em vários exercícios, facto que colocava o país entre as economias africanas de maior expansão naquele período. Contudo, a base produtiva continuava estreita, a indústria transformadora tinha peso reduzido e a maioria da população permanecia fora dos circuitos formais de acumulação económica.

Neste contexto, o Pilar Economia e Desenvolvimento integrava várias dimensões estratégicas interdependentes. A primeira correspondia ao crescimento económico sustentado, entendido como aumento contínuo da produção nacional. A segunda referia-se à transformação produtiva, isto é, diversificação sectorial, industrialização e aumento de valor acrescentado interno. A terceira dimensão dizia respeito ao desenvolvimento rural e agrícola, decisivo num país em que a maioria da população dependia do campo. A quarta centrava-se no fortalecimento do sector privado nacional e da competitividade empresarial. A quinta incluía infra-estruturas económicas, nomeadamente energia, transportes, logística e telecomunicações. A sexta abrangia estabilidade macroeconómica, finanças públicas e sustentabilidade da dívida. Finalmente, integrava-se neste pilar a inserção regional e internacional da economia moçambicana.

Do ponto de vista económico, a importância deste pilar resulta do seu forte efeito multiplicador sobre os restantes domínios da Agenda 2025. Uma economia produtiva gera receitas fiscais para financiar educação e saúde, cria emprego para a juventude, fortalece famílias e reduz

pressões sociais. Em contrapartida, economias frágeis ou pouco diversificadas tendem a limitar políticas públicas, aumentar dependência externa e agravar vulnerabilidades sociais.

No caso moçambicano, a questão da transformação estrutural era particularmente crítica. Apesar do crescimento registado em vários anos, grande parte da actividade económica continuou concentrada em agricultura de baixa produtividade, comércio informal e megaprojectos extractivos com limitada integração doméstica. Isto significava que o crescimento agregado nem sempre se convertia em emprego massivo, inovação produtiva ou fortalecimento empresarial nacional.

O desenvolvimento rural merecia atenção especial. Em 2000, mais de 70% da população residia em zonas rurais e dependia directa ou indirectamente da agricultura. Por essa razão, o sucesso do Pilar Economia e Desenvolvimento dependia largamente da capacidade de elevar produtividade agrícola, melhorar acesso a mercados, expandir irrigação, facilitar crédito rural e promover agro-indústria.

Outro elemento central era o ambiente de negócios. A Agenda 2025 antecipou correctamente que sem sector privado competitivo, investimento nacional, pequenas e médias empresas dinâmicas e segurança jurídica, seria difícil criar emprego urbano e sustentar crescimento inclusivo. A economia moçambicana necessitava, por conseguinte, de combinar investimento externo com fortalecimento do empresariado doméstico.

No plano macroeconómico, a estabilidade de preços, disciplina fiscal, gestão prudente da dívida e confiança cambial eram condições indispensáveis para investimento e crescimento de longo prazo. Países com ciclos recorrentes de inflação, défices excessivos ou endividamento descontrolado tendem a perder capacidade de financiar o desenvolvimento.

A inserção regional também assumia dimensão estratégica. A posição geográfica de Moçambique, com extensa costa marítima e corredores logísticos para países do *hinterland*, oferecia vantagens relevantes no comércio regional. Portos, caminhos-de-ferro, energia e serviços logísticos poderiam constituir motores adicionais de crescimento se devidamente integrados numa estratégia nacional.

O pilar Economia e Desenvolvimento assentava na convicção de que Moçambique precisava crescer mais, mas sobretudo crescer melhor. O verdadeiro objectivo não era apenas aumentar estatísticas macroeconómicas, mas construir uma economia diversificada, produtiva, resiliente e capaz de gerar prosperidade amplamente partilhada. A avaliação do período 2000–2025 deverá, por isso, medir até que ponto o país conseguiu converter crescimento em transformação estrutural efectiva.

5.2 Crescimento Económico

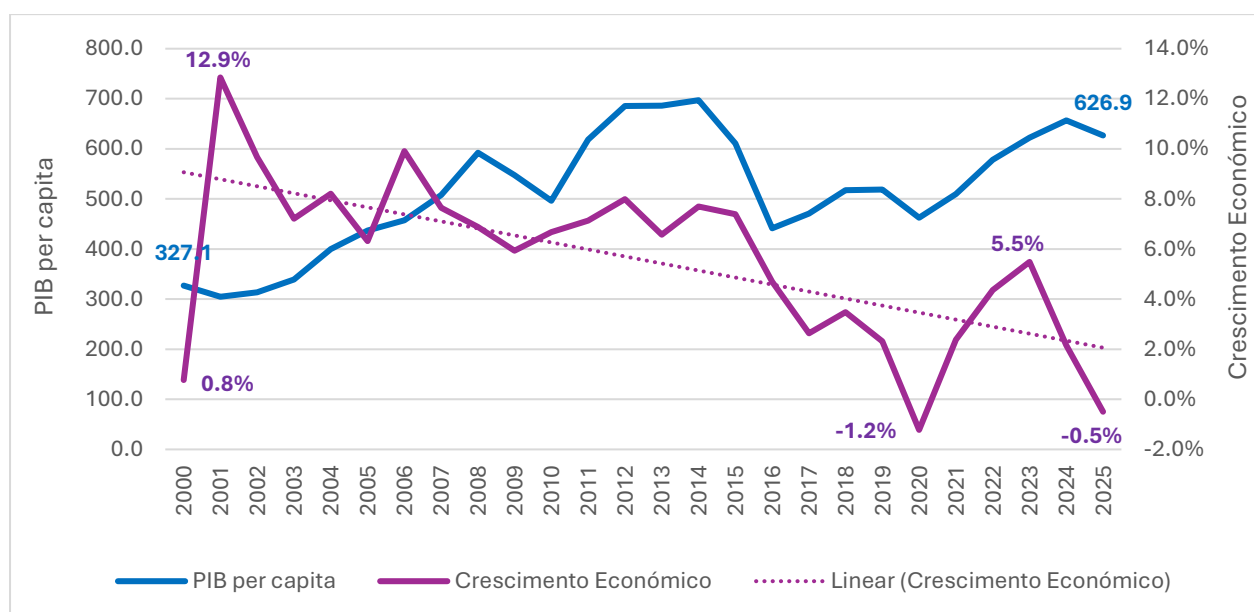
A trajectória do crescimento económico em Moçambique ao longo do período em análise reflecte não apenas a dinâmica da actividade económica, mas também o impacto das reformas efectivamente implementadas pelo Governo no quadro da Agenda 2025.

A evolução do crescimento evidencia avanços importantes, ainda que acompanhados por limitações estruturais que condicionam a sua sustentabilidade. O crescimento económico e a estabilidade macroeconómica constituem dimensões fundamentais para a avaliação do desempenho global de uma economia, na medida em que condicionam a capacidade de geração

de riqueza, a sustentabilidade das finanças públicas e o ambiente geral de investimento. No quadro da Agenda 2025, estes elementos assumem particular relevância enquanto pilares para a transformação estrutural da economia e para a melhoria sustentada das condições de vida da população.

No início do período em análise, Moçambique apresentava uma economia fragilizada, marcada por baixos níveis de rendimento per capita, elevada dependência de ajuda externa e vulnerabilidade a choques internos e externos. O crescimento económico registado na década de 1990 e início dos anos 2000 partia de uma base reduzida, o que permitiu a obtenção de taxas de crescimento relativamente elevadas, ainda que com limitações estruturais significativas.

Gráfico 7. Evolução do crescimento económico e do PIB per capita



Fonte: INE e Banco Mundial (2026).

Ao longo da década de 2000, o país registou um desempenho económico robusto, com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto frequentemente superiores a 6% ao ano, atingindo em alguns períodos valores próximos de 7% a 8%. Este crescimento foi impulsionado por investimentos em sectores de grande escala, particularmente na indústria extractiva, energia e infra-estruturas, bem como pela recuperação pós-conflito e pelo aumento dos fluxos de ajuda externa.

Não obstante, este padrão de crescimento revelou-se pouco inclusivo e insuficientemente diversificado. O rendimento per capita, apesar de ter registado uma evolução positiva, permaneceu em níveis reduzidos, situando-se abaixo de 600 dólares norte-americanos em termos correntes em anos recentes, evidenciando a limitada capacidade da economia em gerar riqueza de forma abrangente.

A partir de meados da década de 2010, o desempenho económico passou a evidenciar sinais de desaceleração, com as taxas de crescimento a registarem uma tendência descendente, situando-se frequentemente abaixo de 4% ao ano. Esta desaceleração foi associada a um conjunto de factores, incluindo a crise da dívida pública, a redução da confiança dos investidores, a diminuição do apoio externo e a ocorrência de choques climáticos adversos.

5.3 Desenvolvimento Rural e Agricultura

O desenvolvimento rural e agrícola permaneceu elemento central da economia moçambicana ao longo do período 2000–2025, dado que grande parte da população continuou a residir em zonas rurais e a depender directa ou indirectamente da agricultura. Apesar do crescimento económico agregado registado em vários anos, a transformação do meio rural ocorreu a ritmo inferior ao necessário para alterar estruturalmente os níveis de rendimento, produtividade e segurança alimentar.

Em 2000, cerca de 71% da população vivia em zonas rurais, percentagem que se estima reduzir para 60% em 2025. Ainda assim, o campo continuou a concentrar a maioria da pobreza nacional e grande parte do emprego total. A agricultura empregava aproximadamente 81% da população activa em 2000, devendo situar-se em torno de 65% em 2025.

A produtividade agrícola registou melhorias graduais, sobretudo em culturas alimentares e expansão de alguma assistência técnica. Contudo, a produção continuou fortemente dependente da chuva, com reduzida mecanização e limitado uso de fertilizantes. A área irrigada manteve-se baixa face ao potencial nacional, subindo de cerca de 3% do potencial irrigável em 2000 para apenas 8% em 2025.

A comercialização rural melhorou com expansão de estradas e telecomunicações, mas persistiram custos logísticos elevados, limitada armazenagem e fraca agro-indústria local.

Tabela 15. Desenvolvimento Rural e Agricultura (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025*
População Rural (% total)	71	69	68	66	63	60
Agricultura no Emprego (%)	81	78	74	71	68	65
Agricultura (% PIB)	31	28	27	25	24	24
Área Irrigada (% potencial)	3	4	5	6	7	8
Produção de Cereais (milhões ton.)	1.4	1.9	2.3	2.7	3.0	3.3
Famílias com Insegurança Alimentar (%)	48	45	42	39	37	35

Fontes: FAO, Banco Mundial, INE Moçambique, Ministério da Agricultura. (* dados estimados)

5.4 Sector Privado e Competitividade Empresarial

O fortalecimento do sector privado foi uma das prioridades implícitas da Agenda 2025, por constituir condição essencial para criação de emprego, inovação e diversificação produtiva. Entre 2000 e 2025, Moçambique registou crescimento do número de empresas formais, expansão da banca, telecomunicações e comércio, bem como maior presença de investimento estrangeiro.

O número de empresas formalmente registadas aumentou de cerca de 13 mil em 2000 para mais de 65 mil em 2025. Todavia, a estrutura empresarial continuou dominada por micro e pequenas empresas de reduzida produtividade e limitada capacidade de acumulação.

Nos rankings internacionais de ambiente de negócios, Moçambique revelou progressos pontuais, mas manteve constrangimentos relevantes ligados ao custo do crédito, burocracia administrativa, justiça comercial lenta, energia cara e logística interna dispendiosa.

O crédito ao sector privado aumentou de 12% do PIB em 2000 para cerca de 31% em 2025, representando melhoria importante, embora ainda modesta para necessidades de industrialização.

Tabela 16. Sector Privado e Competitividade Empresarial (2000–2025)

Indicador	2000	2005	2010	2015	2020	2025*
Empresas Formais Registadas (milhares)	13	22	34	46	57	65
Crédito ao Sector Privado (% PIB)	12	18	24	29	28	31
IDE Líquido (% PIB)	2.5	4.0	8.8	24.2	15.0	12.0
PMEs no Total das Empresas (%)	96	96	97	97	97	97
Exportações Não Tradicionais (% total)	8	10	12	15	17	20

Fontes: Banco Mundial, Banco de Moçambique, CTA, UNCTAD.

5.5 Estabilidade macroeconómica

No domínio da estabilidade macroeconómica, o período em análise foi caracterizado por uma evolução volátil dos principais indicadores macroeconómicos que medem a estabilidade. A evolução da inflação e da taxa de câmbio em Moçambique entre 2000 e 2025 evidencia uma trajectória marcada por avanços relevantes na estabilização macroeconómica, mas também por episódios recorrentes de instabilidade que reflectem fragilidades estruturais persistentes. Estes dois indicadores constituem, em conjunto, uma medida fundamental da consistência das políticas monetária e fiscal, bem como da capacidade da economia em manter equilíbrio interno e externo.

No período anterior a 2015, observa-se um ambiente macroeconómico relativamente estável, com níveis de inflação moderados. Em 2014, a inflação situava-se em cerca de 2,6%, reflectindo uma combinação de factores favoráveis, incluindo controlo da liquidez, alguma disciplina fiscal e condições externas relativamente estáveis. Este período corresponde a uma fase em que as políticas macroeconómicas conseguiram assegurar previsibilidade de preços, contribuindo para um ambiente económico mais estável.

Contudo, esta estabilidade revelou-se frágil. Em 2016, registou-se um agravamento significativo da inflação, que atingiu cerca de 19,9%, evidenciando uma deterioração acentuada das condições macroeconómicas. Este episódio resultou da conjugação de desequilíbrios fiscais acumulados, pressões cambiais e aumento dos custos de importação. A economia moçambicana, caracterizada por elevada dependência de bens importados, mostrou-se particularmente sensível à desvalorização cambial, o que acelerou a transmissão dos choques externos para os preços internos.

A evolução da taxa de câmbio confirma esta dinâmica. Entre 2014 e 2015, o metical sofreu uma desvalorização acentuada, passando de cerca de 52 MT/USD para aproximadamente 81 MT/USD. Esta variação representa um ajustamento significativo da moeda nacional, associado à deterioração da posição externa, à redução das reservas internacionais e à perda de confiança

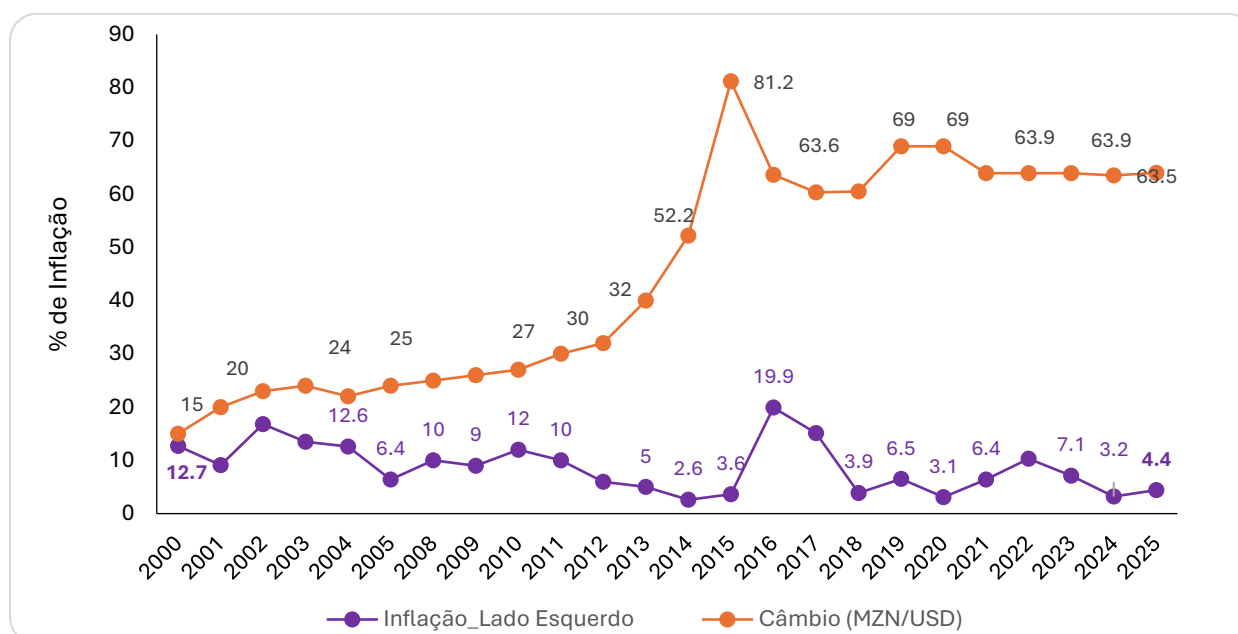
dos agentes económicos. A magnitude desta desvalorização teve efeitos directos sobre a inflação, reforçando as pressões inflacionistas observadas no período.

Em resposta a esta situação, as autoridades adoptaram um conjunto de medidas de ajustamento macroeconómico. O Banco de Moçambique reforçou a política monetária, através do aumento das taxas de juro e do controlo mais rigoroso da liquidez, enquanto o Governo implementou medidas de consolidação fiscal, visando reduzir os desequilíbrios nas finanças públicas. Estas acções permitiram uma redução significativa da inflação, que atingiu cerca de 3,9% em 2018, evidenciando uma recuperação da estabilidade de preços.

No entanto, a evolução posterior demonstra que esta estabilização não foi plenamente consolidada. Em 2022, a inflação voltou a aumentar para cerca de 10,3%, reflectindo a exposição da economia a novos choques externos, nomeadamente a subida dos preços internacionais de bens essenciais. Este comportamento indica que, apesar das melhorias na condução da política económica, a economia continua vulnerável a factores externos.

Nos anos mais recentes, observa-se uma moderação da inflação, situando-se entre 3% e 7% até 2025. Este intervalo sugere algum controlo por parte das autoridades monetárias, mas também evidencia a persistência de volatilidade, que impede a consolidação de um regime de estabilidade de preços plenamente previsível.

Tabela 17. Evolução da Inflação (%) e da Taxa de Câmbio (MT/USD), 2000–2025



Fonte: Banco de Moçambique, vários anos.

Relativamente à taxa de câmbio, após o episódio de forte depreciação, registou-se uma fase de relativa estabilização, com o metical a oscilar entre 60 e 69 MT/USD no período de 2016 a 2025. Esta estabilidade resulta da combinação de políticas monetárias mais restritivas, maior flexibilidade cambial e melhoria na gestão das reservas internacionais. Contudo, esta trajectória deve ser interpretada com cautela, uma vez que continua fortemente dependente de fluxos externos, incluindo investimento estrangeiro e financiamento externo.

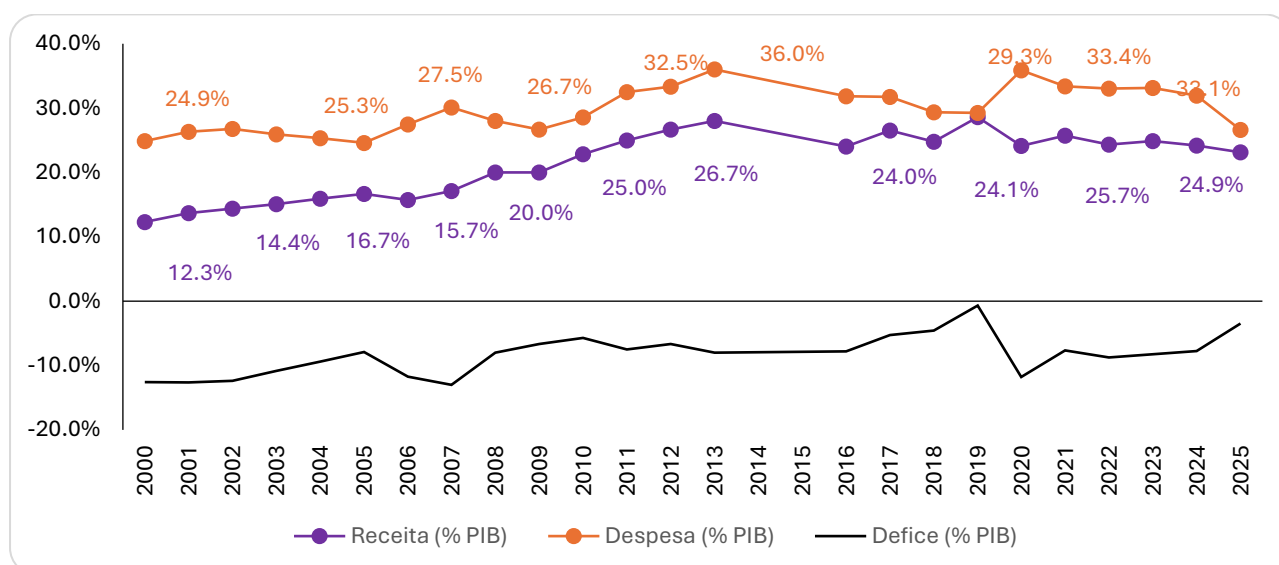
A análise conjunta destes indicadores permite identificar uma característica central da economia moçambicana, a existência de um padrão de estabilidade macroeconómica intermitente. Os períodos de estabilidade são frequentemente interrompidos por episódios de instabilidade,

associados a choques externos e a limitações internas, nomeadamente a fraca diversificação produtiva e a elevada dependência de importações.

5.6 Finanças Públicas

A evolução das finanças públicas em Moçambique ao longo do período 2000–2025 evidencia uma trajectória marcada por avanços significativos na mobilização de receitas e na institucionalização da gestão orçamental, mas também por desequilíbrios persistentes que condicionam a sustentabilidade fiscal. A análise conjunta da receita, despesa e saldo orçamental permite identificar progressos importantes no quadro da Agenda 2025, ainda que insuficientes para assegurar um equilíbrio duradouro das contas públicas.

Gráfico 8. Receita, Despesa e Défice Fiscal (% do PIB), 2000–2025



Fonte: CGE e BdPESOE, vários anos.

No período inicial, entre 2000 e 2014, registou-se um esforço consistente de reforço da capacidade fiscal do Estado. A receita pública, que representava cerca de 12,3% do PIB em 2000, aumentou gradualmente para níveis próximos de 24%–26% do PIB em anos mais recentes, reflectindo ganhos na mobilização de receitas internas. Este desempenho esteve directamente associado à implementação de reformas estruturais, nomeadamente a consolidação do SISTAFE, introduzido pela Lei n.º 9/2002, e à modernização do sistema tributário, incluindo a introdução do IVA e a criação da Autoridade Tributária de Moçambique em 2006. Estas reformas contribuíram para melhorar a eficiência na arrecadação de receitas e fortalecer a capacidade do Estado em financiar as suas actividades.

Contudo, o aumento da receita foi acompanhado por uma expansão significativa da despesa pública. Em 2000, a despesa já representava cerca de 24,9% do PIB, tendo aumentado para valores superiores a 30% do PIB ao longo do período, com maior intensidade nos anos mais recentes. Esta expansão reflecte o esforço do Estado em financiar infra-estruturas, serviços sociais e políticas públicas, mas também evidencia limitações na contenção e qualidade do gasto público. A despesa cresceu de forma mais acelerada do que a receita, resultando numa persistência de défices fiscais ao longo de todo o período.

O saldo orçamental manteve-se sistematicamente negativo, com um défice de cerca de -12,6% do PIB em 2000. Apesar de alguma melhoria em determinados anos, o défice nunca foi plenamente corrigido, permanecendo como um elemento estrutural das finanças públicas. Esta

persistência evidencia a dificuldade do Estado em equilibrar as suas contas, mesmo em períodos de crescimento económico mais robusto.

A partir de 2015, a sustentabilidade fiscal entrou numa fase de maior pressão, associada à deterioração do contexto macroeconómico e à redução dos fluxos externos. O ano de 2016 constituiu um ponto de inflexão, marcado por um agravamento significativo do défice e pela necessidade de implementação de medidas de ajustamento fiscal. Estas medidas incluíram a contenção da despesa pública, o reforço dos mecanismos de controlo orçamental no âmbito do SISTAFE e a melhoria da mobilização de receitas. Embora tenham contribuído para alguma estabilização, estas medidas tiveram efeitos de curto prazo sobre a actividade económica e evidenciaram limitações na flexibilidade da política fiscal.

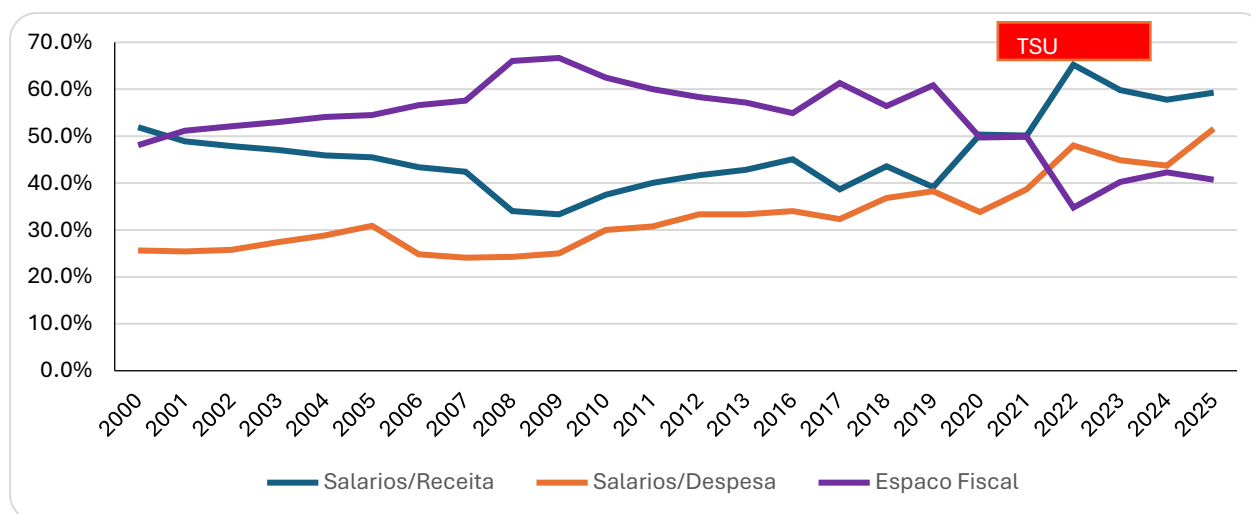
Um dos principais constrangimentos estruturais identificados ao longo do período é a rigidez da despesa pública, particularmente associada ao peso crescente das despesas com salários e remunerações. O aumento da massa salarial reduziu o espaço fiscal disponível para investimento público, limitando a capacidade do orçamento em apoiar directamente o crescimento económico e a transformação estrutural. Esta rigidez dificulta o ajustamento fiscal em momentos de crise, tornando a política orçamental menos responsiva.

No período mais recente, entre 2020 e 2024, os desequilíbrios fiscais voltaram a agravar-se. Em 2020, o défice atingiu cerca de -11,8% do PIB, reflectindo o impacto do choque económico associado à pandemia da COVID-19 e a necessidade de aumento da despesa pública. Nos anos subsequentes, o défice manteve-se elevado, situando-se entre -7% e -8% do PIB, evidenciando dificuldades na consolidação fiscal e na redução estrutural da despesa.

Em 2025, observa-se uma melhoria, com a redução do défice para cerca de -3,5% do PIB. No entanto, esta evolução deve ser interpretada com cautela. Apesar da redução do desequilíbrio orçamental, persistem factores estruturais que condicionam a sustentabilidade fiscal, nomeadamente a dependência de financiamento externo, a rigidez da despesa e a limitada capacidade de expansão da base tributária.

5.6.1 Qualidade da Despesa Pública e Sustentabilidade da Massa Salarial

A qualidade da despesa pública constitui um elemento central na avaliação da sustentabilidade fiscal e da eficácia da política económica, na medida em que reflecte a capacidade do Estado em alocar recursos de forma eficiente, equilibrando a provisão de serviços públicos com a necessidade de investimento em sectores estruturantes. No contexto da Agenda 2025, a evolução da despesa pública em Moçambique, com particular destaque para a dinâmica da massa salarial, revela-se um dos principais factores explicativos das limitações estruturais das finanças públicas ao longo do período em análise.

Gráfico 9. Evolução da Pressão Salarial sobre o Orçamento do Estado (%)

Fonte: CGE e BdPESOE, vários anos.

No início dos anos 2000, a estrutura da despesa pública apresentava uma composição relativamente equilibrada entre despesas correntes e despesas de investimento, com a massa salarial a representar cerca de 25% a 30% da despesa total e aproximadamente metade da receita do Estado. Contudo, ao longo das duas últimas décadas, verificou-se uma expansão significativa da despesa corrente, impulsionada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que passou de cerca de 4.080 milhões de meticais em 2000 para mais de 209.000 milhões de meticais em 2025.

Esta evolução reflecte, em grande medida, a expansão da função pública, particularmente nos sectores sociais, como educação e saúde, bem como na administração local, no contexto das políticas de alargamento do acesso aos serviços básicos. Neste sentido, o crescimento da massa salarial deve ser entendido não apenas como resultado de pressões fiscais, mas também como expressão de um esforço deliberado do Estado em responder às necessidades da população.

Não obstante, a magnitude deste crescimento tem exercido uma pressão crescente sobre os recursos públicos, contribuindo para o aumento da rigidez orçamental. O peso da massa salarial em relação à receita do Estado manteve-se sistematicamente elevado ao longo do período, situando-se em torno de 50% nos primeiros anos e atingindo aproximadamente 65% em 2022, antes de recuar ligeiramente para cerca de 59% em 2025. Este nível de absorção da receita por uma única componente da despesa limita de forma significativa a capacidade do Estado em reorientar recursos para outras áreas prioritárias.

A mesma tendência é observada na composição da despesa pública, com os salários a representarem, em períodos recentes, entre 40% e 48% da despesa total, evidenciando uma crescente concentração do orçamento em despesas correntes. Como consequência, o espaço fiscal disponível para investimento público reduziu-se substancialmente, situando-se em torno de 35% em 2022, o que condiciona a capacidade do Estado em financiar infra-estruturas, apoiar sectores produtivos e responder a choques económicos.

Os factores subjacentes a esta dinâmica são de natureza estrutural e institucional. Por um lado, a expansão da função pública foi necessária para acompanhar o crescimento da procura por serviços públicos, particularmente em sectores sociais. Por outro lado, mecanismos administrativos, como progressões automáticas na carreira e revisões salariais periódicas, contribuíram para um crescimento cumulativo da despesa salarial, muitas vezes dissociado da evolução da capacidade fiscal do Estado.

No que respeita às reformas institucionais, observam-se avanços importantes, mas com impacto limitado na contenção da despesa. A implementação do SISTAFE contribuiu para melhorar o controlo, a transparência e a previsibilidade da execução orçamental, representando um progresso significativo na gestão das finanças públicas. Contudo, estas melhorias incidiram sobretudo sobre os mecanismos de gestão, sem alterar de forma substantiva a trajectória estrutural da massa salarial.

Mais recentemente, a introdução da Tabela Salarial Única constituiu uma reforma estrutural relevante no sistema remuneratório da função pública, com o objectivo de harmonizar salários, reduzir distorções e promover maior equidade. Não obstante os seus méritos institucionais, a sua implementação teve efeitos imediatos sobre a despesa, contribuindo para um aumento acentuado da pressão salarial sobre o orçamento, particularmente em 2022, quando os salários passaram a absorver cerca de dois terços da receita do Estado e quase metade da despesa pública.

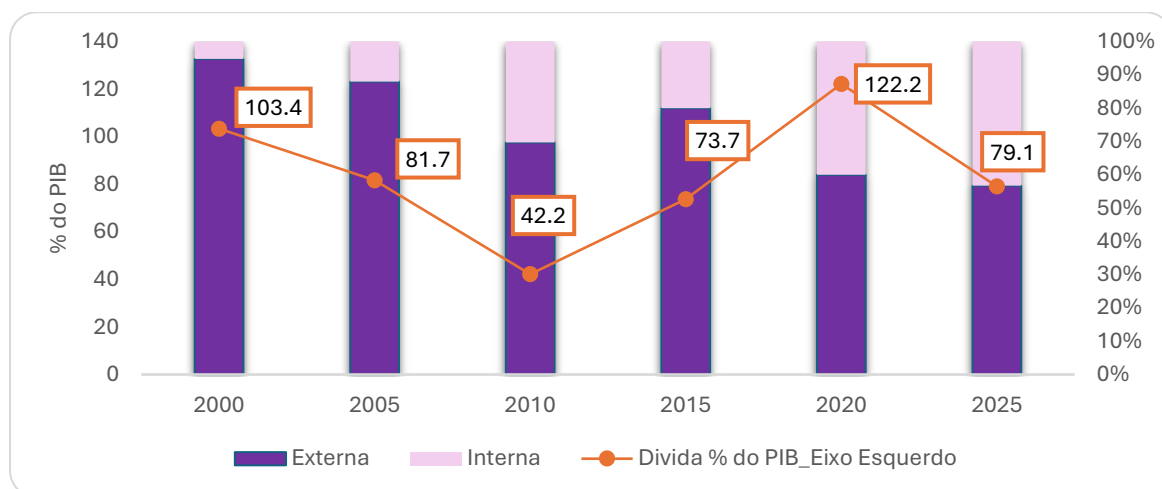
Esta evolução evidencia um desafio central da política fiscal, relacionado com a necessidade de alinhar reformas estruturais com a capacidade fiscal do Estado. A implementação de reformas salariais em contextos de limitada margem fiscal pode contribuir para o agravamento dos desequilíbrios orçamentais, reforçando a importância de uma articulação mais estreita entre política salarial e sustentabilidade macroeconómica.

De forma geral, a trajectória da despesa pública em Moçambique revela um padrão de crescimento da massa salarial que, embora parcialmente justificado por necessidades legítimas de expansão dos serviços públicos, teve implicações significativas na qualidade da despesa. A predominância de despesas correntes reduz a flexibilidade do orçamento e limita a capacidade de reorientação dos recursos para áreas com maior impacto no crescimento económico e na transformação estrutural.

Esta dinâmica traduz-se numa utilização menos eficiente dos recursos públicos, na medida em que uma parcela crescente do orçamento é absorvida por despesas rígidas, com retorno económico indirecto e de longo prazo, em detrimento de investimentos produtivos. Ao mesmo tempo, a redução do espaço fiscal compromete a capacidade do Estado em promover uma agenda de desenvolvimento mais ambiciosa e sustentável.

5.7 Análise da Sustentabilidade e Estrutura da Dívida Pública em Moçambique

A evolução da dívida pública em Moçambique, no período compreendido entre 2000 e 2025, evidencia transformações estruturais relevantes, tanto ao nível da sua composição, entre dívida externa e interna como do seu peso relativo no Produto Interno Bruto (PIB). Esta dinâmica deve ser analisada à luz do contexto histórico, das opções de política económica e das reformas institucionais adoptadas ao longo das últimas duas décadas.

Gráfico 10. Evolução da Composição da Dívida Pública e do Rácio Dívida/PIB em Moçambique (2000–2025)

Fonte: Relatório da Dívida, CGE e BdPESOE, vários anos.

No início dos anos 2000, Moçambique encontrava-se numa situação de elevado endividamento, com a dívida pública a representar mais de 100% do PIB, atingindo cerca de 138% em 2001. Este nível reflectia, em grande medida, a acumulação de dívida externa contraída em condições concessionais, no contexto da reconstrução económica pós-conflito. A estrutura da dívida era fortemente dominada pelo componente externo, o que tornava a sustentabilidade das finanças públicas dependente de factores exógenos, como o apoio dos parceiros internacionais e a evolução da taxa de câmbio.

A trajectória descendente do rácio dívida/PIB ao longo da década seguinte, culminando em cerca de 37% em 2011, não pode ser interpretada apenas como resultado de uma melhoria interna da disciplina fiscal. Esta evolução foi, sobretudo, consequência directa das iniciativas internacionais de alívio da dívida, designadamente no âmbito dos programas HIPC e MDRI, que permitiram uma redução substancial do stock da dívida externa. Paralelamente, o crescimento económico registado nesse período contribuiu para a diminuição do peso relativo da dívida. Ainda assim, este período marca também o início de uma transição gradual, com o surgimento de um mercado interno de dívida pública e o aumento, ainda que moderado, da componente interna.

A partir de 2012, observa-se uma inversão desta tendência. O aumento do rácio da dívida em relação ao PIB, que ultrapassa novamente os 100% em 2016, resulta de uma combinação de factores, entre os quais se destacam a intensificação do recurso a financiamento externo não concessionário e fragilidades na governação da dívida pública. A crise das dívidas ocultas constitui um ponto de inflexão crítico, ao expor limitações institucionais significativas, nomeadamente ao nível da transparência, da prestação de contas e da coordenação entre entidades públicas. Simultaneamente, a depreciação do metical agravou o peso da dívida externa, ampliando o seu impacto sobre o rácio dívida/PIB, dado o elevado grau de dolarização do stock da dívida.

No período subsequente a 2016, verifica-se uma reconfiguração progressiva da estrutura da dívida pública. A redução do acesso ao financiamento externo, associada à deterioração da confiança dos credores internacionais, levou o Estado a intensificar o recurso ao financiamento interno. Esta mudança traduz-se num aumento significativo da dívida interna, que passa a

representar uma proporção crescente do total, atingindo cerca de 40% em 2020 e ultrapassando os 43% em 2025. Esta evolução reflecte não apenas uma resposta conjuntural às restrições externas, mas também o aprofundamento do mercado doméstico de capitais, embora com implicações relevantes ao nível do custo do financiamento e da afectação de recursos na economia.

As reformas adoptadas após a crise de 2016 inserem-se num esforço mais amplo de restabelecimento da credibilidade macroeconómica e de reforço da gestão das finanças públicas. Estas reformas incluíram a implementação de estratégias de médio prazo para a gestão da dívida, o reforço dos mecanismos de controlo e transparência, bem como a reaproximação aos parceiros internacionais, em particular ao Fundo Monetário Internacional. No entanto, apesar destes progressos institucionais, o rácio da dívida em relação ao PIB mantém-se elevado, situando-se entre 85% e 90% em 2025, o que evidencia a persistência de vulnerabilidades estruturais.

A análise do gráfico permite identificar três momentos distintos. Numa primeira fase, a redução do rácio dívida/PIB resulta essencialmente de factores extraordinários, como o perdão da dívida. Numa segunda fase, o aumento acentuado do endividamento reflecte opções de política económica e fragilidades institucionais. Por fim, numa terceira fase, observa-se uma estabilização relativa, acompanhada por uma alteração estrutural da composição da dívida, com maior peso da componente interna.

5.8 Avaliação Global do Pilar Economia e Desenvolvimento

A avaliação global do Pilar Economia e Desenvolvimento entre 2000 e 2025 revela uma trajectória marcada por crescimento económico relevante, mas insuficiente transformação estrutural da economia nacional. Ao longo do período da Agenda 2025, Moçambique registou avanços assinaláveis na expansão do Produto Interno Bruto, melhoria de infra-estruturas económicas, aumento do investimento externo e maior integração nos mercados regionais e internacionais. Todavia, esses progressos não foram acompanhados, com a mesma intensidade, por diversificação produtiva, industrialização robusta, criação massiva de emprego formal e estabilidade macroeconómica duradoura.

No domínio do crescimento económico, os resultados foram expressivos sobretudo entre 2000 e 2015. Durante vários anos, a economia cresceu acima de 7% ao ano, posicionando Moçambique entre as economias africanas de maior expansão. O PIB per capita aumentou de cerca de US\$ 230 em 2000 para aproximadamente US\$ 589 em 2015, sinalizando melhoria do rendimento médio. Contudo, este dinamismo desacelerou nos anos subsequentes em resultado de choques internos e externos, incluindo crise fiscal, endividamento excessivo, desvalorização cambial, choques climáticos e pandemia. Em 2020, a economia contraiu cerca de -1,2%.

O principal constrangimento deste pilar residiu na limitada transformação produtiva. Apesar do crescimento agregado, a economia manteve forte dependência de sectores primários, megaprojectos extractivos e actividades de baixo valor acrescentado. A indústria transformadora permaneceu reduzida, representando apenas cerca de 11% do PIB em 2025, valor modesto para um país com ambição de industrialização. A agricultura continuou a empregar cerca de 65% da população activa, frequentemente em condições de baixa produtividade e forte vulnerabilidade climática.

No sector privado, houve expansão visível do número de empresas, maior acesso ao sistema financeiro e aumento do investimento directo estrangeiro. Ainda assim, a maioria do tecido empresarial continuou composta por micro e pequenas unidades de reduzida escala, limitada capacidade tecnológica e dificuldades de acesso ao crédito, energia e mercados. O crescimento do sector privado foi real, mas sem atingir massa crítica capaz de liderar transformação estrutural ampla.

As infra-estruturas económicas constituíram uma das áreas de melhor desempenho do período. O acesso à electricidade aumentou de 6% da população em 2000 para cerca de 40% em 2025, registando-se igualmente expansão das telecomunicações, portos, corredores logísticos e rede rodoviária principal. Estes investimentos reforçaram a base material da economia, embora persistam assimetrias territoriais, elevados custos logísticos e défices de manutenção.

No plano macroeconómico, o percurso foi instável. A inflação, que se manteve controlada em vários anos, atingiu cerca de 17% em 2016, enquanto o metical sofreu forte depreciação. O défice externo permaneceu elevado e a economia continuou dependente de fluxos externos de capital e exportações concentradas. A dívida pública agravou-se significativamente após 2016, ultrapassando 100% do PIB em determinados momentos, o que reduziu espaço fiscal e afectou a confiança económica.

À luz da metodologia da Agenda 2025, o desempenho global deste pilar situa-se no nível 2, reflectindo resultados inferiores ao potencial nacional e aquém da ambição estratégica originalmente definida. O cenário predominante oscilou entre Cabrito, em fases de crescimento rápido, porém pouco sustentável, e Caranguejo, em momentos de crise, instabilidade e perda de dinamismo. O país não alcançou o cenário Abelha, caracterizado por crescimento elevado, diversificação produtiva, estabilidade macroeconómica e prosperidade amplamente distribuída.

Tabela 18. Avaliação Global do Pilar Economia e Desenvolvimento

Indicador Agregado do Pilar	Situação Inicial (2000)	Situação Estimada (2025)	Nível Ideal	Cenário Predominante	Avaliação
Economia e Desenvolvimento	3	2	5	Caranguejo	Houve crescimento económico relevante e expansão de infra-estruturas, mas fraca transformação produtiva, elevada vulnerabilidade macroeconómica e limitada inclusão económica.

Fonte: Estimativas com base nos critérios da Visão 2025

6 PILAR IV — GOVERNAÇÃO

A presente secção avalia o desempenho do Pilar IV — Governação no quadro da Agenda 2025, que reconheceu que a qualidade das instituições públicas constituía condição essencial para transformar crescimento económico e progresso social em desenvolvimento sustentável. A análise centra-se na capacidade do Estado de formular e implementar políticas públicas, assegurar previsibilidade institucional, promover transparência, combater a corrupção, fortalecer o Estado de Direito e aproximar a administração pública dos cidadãos através da descentralização.

6.1 Enquadramento Estratégico do Pilar

No quadro conceptual da Agenda 2025, a Governação foi definida como um dos pilares estruturantes do desenvolvimento nacional, reconhecendo-se que o crescimento económico e o progresso social dependem, em larga medida, da qualidade das instituições públicas, da previsibilidade das regras, da legitimidade política e da capacidade de o Estado servir os cidadãos com eficácia e transparência. Para Moçambique, país em consolidação institucional no período pós-conflito, este pilar assumia importância decisiva.

A Agenda 2025 partiu do entendimento correcto de que não existe desenvolvimento sustentável sem boa governação. Mesmo quando existem recursos naturais abundantes, investimento externo ou crescimento económico elevado, os resultados tendem a ser limitados se o Estado não possuir capacidade técnica, disciplina administrativa, justiça funcional e instituições credíveis. Assim, a governação foi concebida não apenas como dimensão política, mas como base operacional de toda a estratégia nacional de desenvolvimento.

No início do período em análise, Moçambique apresentava avanços importantes no restabelecimento da paz, reconstrução do aparelho do Estado e consolidação gradual das instituições democráticas. Contudo, persistiam limitações evidentes em capacidade administrativa, cobertura territorial dos serviços públicos, eficiência institucional e profissionalização da função pública. A Agenda 2025 reconheceu que a modernização económica dependeria directamente da modernização do Estado.

Este pilar integra várias dimensões interdependentes. A primeira refere-se à qualidade institucional, entendida como capacidade do Estado formular, executar e avaliar políticas públicas com eficácia. A segunda prende-se com a administração pública, incluindo meritocracia, eficiência, gestão financeira e prestação de serviços. A terceira relaciona-se com o Estado de Direito, abrangendo justiça acessível, segurança jurídica e respeito pelas normas. A quarta dimensão corresponde ao controlo da corrupção e integridade pública. A quinta integra descentralização e governação local. A sexta diz respeito à participação cidadã, democracia e legitimidade política. Finalmente, inclui-se a paz, segurança interna e estabilidade nacional.

A governação tem impacto directo sobre investimento, produtividade e crescimento. Estados eficientes reduzem custos de transacção, aceleram licenciamento, protegem contractos e aumentam confiança dos agentes económicos. Pelo contrário, burocracia excessiva, corrupção, incerteza jurídica e fraca execução pública elevam custos, afastam investimento e reduzem competitividade nacional.

No caso de Moçambique, a relevância deste pilar foi reforçada por três factores centrais. O primeiro foi a necessidade de administrar rapidamente um Estado em expansão, acompanhando crescimento populacional e novas exigências sociais. O segundo resultou da gestão de recursos naturais estratégicos, exigindo instituições robustas e transparentes. O terceiro prendeu-se com o desafio de assegurar coesão nacional num território vasto e heterogéneo.

A descentralização assumiu particular importância estratégica. A aproximação do Estado aos cidadãos, o fortalecimento dos governos locais e a melhoria da gestão territorial eram condições essenciais para reduzir assimetrias regionais e aumentar legitimidade institucional. A Agenda 2025 antecipou correctamente que um Estado excessivamente centralizado enfrentaria maiores dificuldades de eficácia e inclusão territorial.

Outro elemento central foi o combate à corrupção. Em economias em desenvolvimento, a captura de recursos públicos, favoritismo administrativo e opacidade contratual reduzem drasticamente a capacidade transformadora do Estado. Por isso, a qualidade da governação não se mede apenas pelo número de instituições existentes, mas sobretudo pela sua integridade e desempenho efectivo.

Importa ainda referir à relação entre governação e capital social. Sociedades mais participativas, informadas e coesas tendem a exigir melhor desempenho institucional. Por sua vez, instituições credíveis reforçam confiança social, estabilidade e cidadania activa. Trata-se, portanto, de um pilar transversal, influenciando todos os restantes domínios da Agenda.

O enquadramento estratégico da governação assenta na convicção de que Moçambique só poderia alcançar desenvolvimento sustentável com um Estado eficaz, transparente, descentralizado e legitimado democraticamente. A avaliação do período 2000–2025 deverá, por isso, medir até que ponto a expansão institucional foi acompanhada por verdadeira melhoria da capacidade pública e da qualidade governativa.

6.2 Governação em Moçambique (2000–2024)

A evolução da qualidade institucional e do desempenho da governação em Moçambique entre 2000 e 2024 revela uma trajectória marcada por avanços formais na construção do quadro institucional, mas com limitações persistentes na eficácia, credibilidade e capacidade de implementação das políticas públicas. A análise dos indicadores internacionais de governação evidencia um padrão consistente, caracterizado por uma melhoria gradual na primeira fase do período, seguida de uma deterioração significativa nos anos mais recentes.

Tabela 19. Resumo da Situação dos Indicadores de Governação em Moçambique (2000 vs 2024)

Indicador	Situação Inicial (2000)	Melhor Nível Observado	Situação Recente (2024)	Tendência Geral	Interpretação
Estabilidade Política	-1,80	-0,50 (2015)	-1,76	Melhoria, depois Deterioração	Ganhos iniciais significativos, seguidos de forte degradação recente
Estado de Direito	-0,90	-0,60 (2010)	-1,19	Melhoria, depois Deterioração	Fragilidade crescente na aplicação da lei e funcionamento judicial
Controlo da Corrupção	-0,60	-0,70 (2015)	-1,06	Deterioração Contínua	Enfraquecimento dos mecanismos de transparência e responsabilização
Voz e Responsabilização	-1,17	-0,80 (2005)	-0,90 (aprox.)	Melhoria, depois Estagnação	Alguma abertura inicial, sem consolidação ao longo do tempo
Efectividade do Governo	-0,70	-0,60	-0,72	Estagnação	Limitações persistentes na capacidade de implementação de políticas públicas
Qualidade Reguladora	-0,50	-0,40	-0,76	Estabilidade depois Deterioração	Ambiente regulatório pouco previsível e menos favorável à actividade económica

Fonte: Banco Mundial – Worldwide Governance Indicators (WGI); *dados compilados a partir de World Bank, vários anos (2000–2024)

No início do período em análise, Moçambique apresentava níveis reduzidos de qualidade institucional, com todos os principais indicadores situados em valores negativos. Em 2000, a estabilidade política encontrava-se em torno de -1,80, o estado de direito em cerca de -0,90 e o controlo da corrupção em -0,60, reflectindo um contexto institucional ainda frágil, associado à fase pós-conflito e ao processo inicial de consolidação do Estado. Estes valores indicavam limitações significativas na capacidade institucional, na previsibilidade das políticas e na confiança dos agentes económicos.

Ao longo da primeira década, registaram-se melhorias graduais em algumas dimensões da governação. A estabilidade política evoluiu de forma significativa, passando de -1,80 em 2000 para cerca de -0,50 em 2015, enquanto o estado de direito apresentou uma melhoria temporária, atingindo aproximadamente -0,60 em 2010. O indicador de voz e responsabilização registou igualmente progressos iniciais, reflectindo uma abertura relativa do espaço institucional. Estes avanços estiveram associados à implementação de reformas institucionais relevantes, incluindo a consolidação de sistemas de gestão das finanças públicas, a modernização da administração do Estado e o reforço dos instrumentos de planificação económica.

Paralelamente, verificaram-se progressos na construção de um quadro normativo mais estruturado, com a qualidade regulatória a manter-se relativamente estável, embora em níveis ainda negativos, situando-se entre -0,40 e -0,60 até meados da década de 2010. Este período pode, assim, ser caracterizado como uma fase de consolidação institucional, marcada pelo

fortalecimento da arquitectura formal da governação, ainda que com limitações na sua aplicação efectiva.

Contudo, a partir de 2015, observa-se uma inversão clara desta trajectória, com uma deterioração generalizada dos principais indicadores. O controlo da corrupção agravou-se de cerca de -0,70 em 2015 para -1,06 em 2024, enquanto o estado de direito registou uma deterioração significativa, passando de -0,70 para aproximadamente -1,19 no mesmo período. Estes desenvolvimentos reflectem fragilidades persistentes no funcionamento das instituições, na aplicação das normas legais e nos mecanismos de prestação de contas.

Tabela 20. Evolução dos Indicadores de Governação em Moçambique (2000–2024)

Indicador de Governação	2000	2005	2010	2015	2020	2024
Voz e responsabilização	-1,17	-0,80	-0,98	-1,02	-1,05	-1,01
Estabilidade política e ausência de violência	-1,80	-1,40	-1,20	-0,50	-1,30	-1,76
Efectividade do governo	-0,60	-0,70	-0,70	-0,80	-0,80	-0,72
Qualidade regulatória	-0,40	-0,50	-0,50	-0,60	-0,80	-0,76
Estado de direito	-0,90	-0,80	-0,60	-0,70	-0,80	-1,19
Controlo da corrupção	-0,60	-0,50	-0,60	-0,70	-0,80	-1,06

Fonte: Banco Mundial – Worldwide Governance Indicators (WGI); *dados compilados a partir de World Bank, vários anos (2000–2024)

A estabilidade política apresentou igualmente uma degradação acentuada, passando de cerca de -0,50 em 2015 para -1,76 em 2024, evidenciando um aumento da vulnerabilidade institucional e da exposição a factores de instabilidade. Esta evolução tem implicações directas na previsibilidade das políticas públicas e no ambiente de investimento, constituindo um dos sinais mais evidentes de fragilidade na governação.

Os indicadores associados à capacidade do Estado confirmam esta tendência de estagnação e deterioração. A efectividade do governo manteve-se praticamente inalterada ao longo de todo o período, oscilando entre -0,60 e -0,80, situando-se em cerca de -0,72 em 2024, o que evidencia limitações persistentes na capacidade de formulação e implementação de políticas públicas. A qualidade regulatória acompanhou esta tendência, deteriorando-se de cerca de -0,60 em 2015 para aproximadamente -0,76 em 2024, indicando dificuldades na criação de um ambiente institucional previsível e favorável à actividade económica.

A deterioração observada a partir de 2015 deve ser interpretada à luz de factores estruturais e conjunturais. A crise das dívidas ocultas em 2016 constitui um ponto de inflexão crítico, ao expor fragilidades profundas nos sistemas de controlo, transparência e responsabilização. Este episódio teve impactos significativos na credibilidade institucional do Estado e na confiança dos parceiros internacionais. Adicionalmente, factores como a instabilidade em determinadas regiões do país, a pressão sobre as finanças públicas e limitações persistentes na capacidade institucional contribuíram para agravar o desempenho dos indicadores de governação.

Não obstante estas fragilidades, importa reconhecer que Moçambique desenvolveu, ao longo do período, uma arquitectura institucional relativamente estruturada, assente em instrumentos formais de planificação, monitoria e avaliação. A existência de mecanismos como os programas governamentais e os planos económicos constitui um avanço importante na organização da governação. Contudo, a evidência empírica aponta para um desfasamento significativo entre a qualidade da planificação e a capacidade de execução, o que limita a eficácia das políticas públicas.

As reformas implementadas no período subsequente à crise de 2016, incluindo o reforço da transparência fiscal, a melhoria da gestão da dívida e a reaproximação aos parceiros internacionais, representam esforços relevantes no sentido de restaurar a credibilidade institucional. No entanto, os dados mais recentes indicam que estes esforços ainda não se traduziram numa melhoria substancial dos indicadores de governação, evidenciando limitações na implementação efectiva das reformas.

6.3 Governação e Qualidade Institucional

A evolução do processo de descentralização, participação e responsabilização pública em Moçambique entre 2000 e 2025 evidencia uma trajectória caracterizada por avanços institucionais relevantes, mas com limitações significativas na sua tradução em resultados efectivos ao nível da governação. A análise deste indicador revela um padrão em que a expansão da arquitectura institucional não foi acompanhada por uma transferência equivalente de poder, recursos e capacidade de decisão.

Ao longo do período em análise, registou-se um alargamento significativo da base institucional da governação local. O número de autarquias aumentou de 33 em 2000 para 65 em 2024–2025, enquanto a cobertura dos mecanismos participativos se expandiu de forma consistente, com cerca de 95% dos distritos a dispor de conselhos consultivos activos. Estes desenvolvimentos reflectem um compromisso político claro com o aprofundamento da descentralização e com a institucionalização de mecanismos de participação comunitária.

Contudo, a expansão institucional não se traduziu numa cobertura territorial abrangente. A população residente em áreas autárquicas aumentou de cerca de 18% em 2000 para aproximadamente 36% em 2025, o que indica que uma parte significativa da população continua fora do âmbito da governação autárquica. Este facto limita o alcance efectivo das reformas de descentralização e reduz o seu impacto na melhoria da qualidade da governação local.

No domínio fiscal, observam-se igualmente progressos graduais, mas ainda insuficientes. As transferências do Orçamento do Estado para os níveis subnacionais aumentaram ao longo do período, com as autarquias a passarem de cerca de 1,5% do orçamento em 2000 para aproximadamente 4% em 2025, enquanto os distritos registaram um aumento de cerca de 3% para 7% no mesmo período. Apesar desta evolução positiva, o nível global de transferências permanece limitado, restringindo a capacidade de intervenção das estruturas locais.

A autonomia fiscal das entidades subnacionais continua igualmente condicionada. As receitas próprias das autarquias aumentaram de cerca de 15% em 2000 para aproximadamente 30% em 2025, mas a dependência de transferências do nível central mantém-se elevada, situando-se em torno de 70%. Esta estrutura de financiamento limita a capacidade de planeamento e execução autónoma ao nível local, reforçando a centralização efectiva dos recursos e das decisões.

Tabela 21. Evolução da Descentralização e Participação

Ano	Receita Própria (%)	Dependência (%)	Ano	Autarquias (% OE)	Distritos (% OE)
2000	15	85	2000	1.5	3
2005	18	82	2005	2	4.5
2010	20	80	2010	2.5	5.2
2015	22	78	2015	3.2	6
2020	25	75	2020	3.5	6.5
2022	27	73	2022	3.8	6.8
2025	30	70	2025	4	7
Ano	Nº Autarquias	% População Coberta	Ano	% Distritos com Conselhos	Participação Comunitária (%)
2000	33	18	2005	60	25
2005	33	20	2010	75	32
2010	43	24	2015	85	38
2015	53	28	2020	90	42
2020	53	30	2022	92	45
2024	65	35	2025	95	48
2025	65	36			

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE, BdM, MEF e Banco Mundial.

No domínio da participação, observa-se um aumento progressivo do envolvimento comunitário, com os níveis de participação a passarem de cerca de 25% em 2005 para aproximadamente 48% em 2025. Embora esta evolução seja positiva, os níveis registados indicam que a participação efectiva permanece moderada, sugerindo que os mecanismos participativos, apesar de institucionalizados, ainda exercem uma influência limitada nos processos de decisão.

De forma semelhante, os indicadores de responsabilização revelam avanços formais, mas com impacto limitado na prática. O acesso à informação registou melhorias, passando de cerca de 10% para aproximadamente 45%, enquanto a cobertura de auditorias públicas aumentou de cerca de 20% para aproximadamente 70%. No entanto, os indicadores internacionais de voz e responsabilização permanecem em valores negativos, situando-se em torno de -1,01 em 2024, evidenciando limitações persistentes na capacidade de controlo social e na responsabilização efectiva das instituições.

A análise integrada destes elementos indica que o processo de descentralização em Moçambique avançou predominantemente ao nível formal, através da criação e expansão de estruturas institucionais, sem uma transformação equivalente na distribuição efectiva de poder e recursos. A governação local continua condicionada por uma elevada dependência do nível central, limitada autonomia fiscal e mecanismos de participação e responsabilização ainda pouco eficazes.

6.4 Estado de Direito e do controlo da corrupção

A evolução do estado de direito e do controlo da corrupção em Moçambique entre 2000 e 2024 constitui um dos elementos centrais para a avaliação da qualidade da governação e da credibilidade institucional. Estas dimensões reflectem a capacidade do Estado em assegurar o cumprimento das leis, garantir a previsibilidade jurídica e limitar práticas de corrupção, sendo

determinantes para o funcionamento eficiente da economia e para a confiança dos agentes económicos.

No início do período em análise, Moçambique apresentava níveis estruturalmente baixos nestes indicadores. Em 2000, o estado de direito situava-se em cerca de -0,90, enquanto o controlo da corrupção registava aproximadamente -0,60, evidenciando fragilidades significativas ao nível da eficácia do sistema judicial, da aplicação das normas legais e da capacidade de controlo de práticas ilícitas. Estes valores reflectem um contexto institucional ainda em fase de consolidação, caracterizado por limitações na capacidade do Estado em garantir previsibilidade e segurança jurídica.

Ao longo da primeira década, registaram-se melhorias moderadas, particularmente no estado de direito, que evoluiu para cerca de -0,60 em 2010, sugerindo algum reforço institucional e melhorias na previsibilidade jurídica. Este período coincidiu com a implementação de reformas administrativas e institucionais, bem como com o fortalecimento de mecanismos formais de governação. No entanto, importa salientar que, mesmo neste período de melhoria, os indicadores permaneceram em valores negativos, evidenciando que os avanços foram limitados e insuficientes para assegurar uma transformação estrutural da qualidade institucional.

A partir de 2015, observa-se uma deterioração clara e consistente em ambas as dimensões. O controlo da corrupção agravou-se de cerca de -0,70 em 2015 para aproximadamente -1,06 em 2024, enquanto o estado de direito registou uma deterioração significativa, passando de -0,70 para cerca de -1,19 no mesmo período. Esta evolução representa uma regressão relevante na qualidade institucional, com implicações directas na confiança nas instituições públicas e no ambiente de negócios.

Esta deterioração está fortemente associada a factores estruturais e a eventos críticos, com particular destaque para a crise das dívidas ocultas em 2016. Este episódio expôs fragilidades profundas nos mecanismos de transparência, prestação de contas e controlo institucional, afectando significativamente a credibilidade do Estado. A incapacidade de prevenir, detectar e sancionar práticas irregulares evidenciou limitações estruturais no funcionamento das instituições responsáveis pela fiscalização e aplicação da lei.

A análise dos indicadores complementares de governação reforça esta leitura. A estabilidade política deteriorou-se de cerca de -0,50 em 2015 para -1,76 em 2024, enquanto a qualidade regulatória e a efectividade do governo registaram igualmente níveis negativos persistentes, situando-se em torno de -0,76 e -0,72, respectivamente. Estes desenvolvimentos indicam que as fragilidades no estado de direito e no controlo da corrupção se inserem num quadro mais amplo de limitações institucionais.

Persistem, igualmente, constrangimentos significativos ao nível do sistema judicial, incluindo morosidade processual, limitações na capacidade técnica e desafios na aplicação efectiva das decisões judiciais. Estas limitações comprometem a eficácia do estado de direito, reduzem a previsibilidade jurídica e aumentam os custos de transacção na economia.

A deterioração destes indicadores tem implicações económicas e institucionais relevantes. A fragilidade no controlo da corrupção contribui para o aumento dos custos de funcionamento das empresas, reduz a eficiência na alocação de recursos e afecta negativamente o investimento.

Por sua vez, a debilidade do estado de direito limita a segurança jurídica, condicionando o desenvolvimento dos mercados e a confiança dos agentes económicos.

Apesar destes desafios, importa reconhecer que foram adoptadas iniciativas com vista ao reforço do quadro institucional, incluindo reformas legais, fortalecimento de órgãos de controlo e medidas de transparência. Contudo, a evidência empírica indica que estes esforços ainda não se traduziram em melhorias consistentes dos indicadores, reflectindo limitações na implementação efectiva das reformas.

6.5 Avaliação Global do Pilar Governação

A avaliação global do Pilar Governação entre 2000 e 2025 revela progresso institucional relevante em termos formais, porém insuficiente em qualidade efectiva. O Estado expandiu-se, descentralizou-se parcialmente e modernizou alguns sistemas administrativos. Contudo, persistiram limitações em capacidade executiva, controlo da corrupção, eficiência pública e previsibilidade institucional.

No plano democrático, Moçambique preservou mecanismos eleitorais e pluralismo formal, mas enfrentou erosão parcial da confiança institucional. Na justiça, houve expansão territorial, mas lentidão processual e acesso desigual continuaram desafios centrais. Na administração pública, o crescimento do aparelho estatal não foi plenamente acompanhado por produtividade equivalente.

A principal fragilidade do período residiu no desfasamento entre crescimento institucional e qualidade governativa. O país criou mais estruturas do que capacidade efectiva de gestão.

À luz da metodologia da Agenda 2025, este pilar situa-se no nível 2, enquadrando-se predominantemente no cenário Caranguejo, com avanços pontuais de Cágado em descentralização e modernização administrativa. O cenário Abelha não foi alcançado, pois exigiria instituições altamente eficazes, transparentes e amplamente legitimadas.

Tabela 22. Avaliação Global do Pilar Governação

Indicador Agregado do Pilar	Situação Inicial (2000)	Situação Estimada (2025)	Nível Ideal	Cenário Predominante	Síntese da Avaliação
Governação	2	2	5	Caranguejo / Cágado	Registou-se expansão institucional, descentralização gradual e modernização parcial da administração pública. Persistiram, contudo, fragilidades na eficácia do Estado, controlo da corrupção, qualidade regulatória, justiça célere e confiança institucional.

Fonte: Estimativas com base nos critérios da Visão 2025

7 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O presente capítulo sintetiza as principais conclusões da avaliação da Agenda 2025, procurando sistematizar os progressos alcançados, os constrangimentos estruturais persistentes e o cenário final de Moçambique no horizonte de 2025. A análise evidencia que o país registou avanços relevantes em várias dimensões, particularmente na expansão dos serviços sociais, modernização gradual da economia e alguma consolidação formal das instituições públicas. Contudo, estes progressos não foram suficientes para assegurar a transformação estrutural ambicionada pela Agenda, persistindo desafios ligados à diversificação produtiva, criação de emprego formal, qualidade dos serviços públicos, sustentabilidade fiscal, desigualdades sociais e eficácia institucional. Assim, as conclusões procuram destacar a principal lição do período: Moçambique avançou, mas de forma gradual, desigual e vulnerável, permanecendo distante do cenário ideal de desenvolvimento dinâmico, inclusivo e sustentável previsto pela Agenda 2025.

7.1 Progressos Registados

A avaliação global da Agenda 2025 permite concluir que Moçambique registou progressos relevantes em várias dimensões económicas, sociais e institucionais entre 2000 e 2025. Embora os resultados tenham sido desiguais entre pilares, o período ficou marcado por avanços concretos na reconstrução nacional, expansão do acesso a serviços públicos e modernização parcial da base económica.

No domínio do **capital humano**, observaram-se melhorias assinaláveis no acesso à educação e saúde. A taxa de alfabetização de adultos aumentou de cerca de 44% em 2000 para aproximadamente 67% em 2025, enquanto a esperança média de vida subiu de menos de 50 anos para mais 60 anos no mesmo período. A cobertura de serviços básicos, incluindo electricidade e água, também evoluiu positivamente, contribuindo para melhores condições de vida.

No plano do **capital social**, registaram-se progressos na inclusão política da mulher, participação comunitária e expansão de mecanismos de protecção social. A representação feminina no Parlamento aumentou de 30% em 2000 para níveis próximos de 40% ao longo do período, posicionando Moçambique entre os países africanos com melhor desempenho nesta matéria.

Na área de **economia e desenvolvimento**, o país alcançou fases prolongadas de crescimento robusto. Entre 2000 e 2015, a economia cresceu frequentemente acima de 6% ao ano, enquanto o PIB per capita aumentou de cerca de US\$ 230 para mais de US\$ 500. Registou-se igualmente expansão importante das infra-estruturas económicas, nomeadamente energia, telecomunicações, portos e corredores logísticos.

No pilar da **governança**, houve consolidação do Estado, expansão administrativa, realização regular de processos eleitorais e aprofundamento gradual da descentralização. O número de autarquias aumentou e a presença institucional do Estado tornou-se mais abrangente em várias regiões.

Em termos gerais, o país conseguiu preservar estabilidade macroeconómica durante parte significativa do período, atrair investimento externo relevante e manter trajectória de modernização gradual em múltiplos sectores.

7.2 Constrangimentos Estruturais

Apesar dos progressos observados, a Agenda 2025 não alcançou a transformação estrutural inicialmente ambicionada. Persistiram constrangimentos profundos que limitaram a conversão do crescimento económico em desenvolvimento inclusivo, sustentável e amplamente partilhado. O desempenho nacional foi condicionado por fragilidades económicas, sociais, fiscais e institucionais que reduziram o impacto dos avanços registados ao longo do período.

O principal constrangimento foi a fraca diversificação produtiva da economia. Moçambique continuou fortemente dependente da agricultura de baixa produtividade, do comércio informal e de exportações concentradas em poucos produtos primários. Apesar de o crescimento económico ter atingido taxas superiores a 6% ao ano em vários períodos da década de 2000, esse crescimento revelou-se pouco inclusivo e limitado na sua capacidade de gerar emprego produtivo e transformação estrutural. Em 2025, a indústria transformadora representava apenas cerca de 11% do PIB, evidenciando industrialização insuficiente e reduzida capacidade de criação de valor acrescentado interno.

A estrutura do mercado de trabalho constituiu outro constrangimento central. A economia manteve níveis elevados de informalidade, com mais de 80% da força de trabalho inserida em actividades informais, enquanto o sector agrícola continuou a absorver a maioria da população activa, mas com baixos níveis de produtividade e reprodução da pobreza. A criação de emprego formal permaneceu abaixo das necessidades impostas pela dinâmica demográfica, afectando particularmente a juventude. Em 2025, cerca de 75% dos jovens empregados permaneciam no sector informal ou em actividades precárias, demonstrando que o crescimento económico não foi suficiente para absorver a nova força de trabalho em ocupações produtivas e estáveis.

No plano social, os avanços registados não foram suficientes para reduzir de forma consistente as desigualdades e vulnerabilidades estruturais. O Índice de Gini permaneceu próximo de 0,49 em 2025, revelando uma distribuição desigual dos ganhos do crescimento. Persistiram igualmente assimetrias regionais significativas entre zonas urbanas e rurais, com diferenças marcantes no acesso a serviços, infra-estruturas e oportunidades económicas. Embora se tenham verificado melhorias em indicadores de saúde, a mortalidade infantil, continuou elevada em termos comparativos, enquanto a desnutrição crónica afectava ainda cerca de 35% a 40% das crianças menores de cinco anos.

No plano macroeconómico e fiscal, as crises fiscais e o agravamento da dívida pública comprometeram parte dos avanços alcançados. O rácio da dívida pública, que havia reduzido de cerca de 138% do PIB em 2001 para aproximadamente 37% em 2011, voltou a aumentar significativamente, ultrapassando os 100% em 2016 e situando-se entre 85% e 90% em 2025. Esta trajectória evidencia dificuldades em consolidar uma gestão sustentável do endividamento. Paralelamente, a rigidez da despesa pública intensificou-se, com a massa salarial passando a absorver cerca de 59% da receita do Estado em 2000 e até 65% em períodos recentes. Esta pressão reduziu significativamente o espaço fiscal disponível para investimento público, serviços sociais e infra-estruturas produtivas.

As fragilidades institucionais também limitaram os resultados da Agenda 2025. A expansão do aparelho do Estado não foi acompanhada por ganhos equivalentes de eficiência, transparência e capacidade executiva. Indicadores como o Estado de Direito deterioraram-se de cerca de -0,60 em 2010 para aproximadamente -1,19 em 2024, enquanto o controlo da corrupção passou de cerca de -0,70 em 2015 para -1,06 em 2024. Estes dados revelam limitações persistentes na capacidade do Estado de assegurar transparência, responsabilização, previsibilidade jurídica e confiança institucional.

O processo de descentralização seguiu um padrão semelhante: registaram-se avanços formais, mas com impacto limitado na eficácia da governação local. Embora o número de autarquias tenha aumentado de 33 em 2000 para 65 em 2025 e cerca de 95% dos distritos disponham de conselhos consultivos, a cobertura populacional das autarquias permaneceu limitada a cerca de 36%. Além disso, a autonomia fiscal continuou reduzida, com receitas próprias a representarem apenas cerca de 30% e uma dependência de transferências do nível central próxima de 70%. Esta situação limitou a capacidade dos governos locais de responderem de forma efectiva às necessidades das populações.

Adicionalmente, o país enfrentou choques severos que agravaram vulnerabilidades pré-existent, incluindo eventos climáticos extremos, tensões de segurança em algumas regiões e os efeitos económicos da pandemia da COVID-19. Estes choques expuseram a fragilidade da base produtiva, a limitada resiliência fiscal e a insuficiente capacidade institucional de resposta a crises.

Em síntese, a avaliação evidencia um desfasamento persistente entre crescimento económico e inclusão social, entre expansão institucional e eficácia governativa, e entre planeamento estratégico e capacidade de implementação. Este desfasamento constitui o principal factor explicativo do desempenho observado ao longo do período. Esta constatação reflecte limitações profundas na estrutura económica, na capacidade institucional e na coerência das políticas públicas.

7.3 Avaliação Final da Agenda 2025

À luz da metodologia da Agenda 2025, baseada nos cenários Caranguejo, Cágado, Cabrito e Abelha, conclui-se que Moçambique chegou a 2025 numa posição intermédia, com predomínio do cenário Cágado, incidências relevantes de Caranguejo e episódios sectoriais e temporários de Cabrito.

O cenário Cágado manifesta-se nos progressos graduais observados em educação, saúde, electrificação, inclusão política e alguma expansão institucional. O país avançou, mas a ritmo inferior ao necessário para superar constrangimentos históricos.

O cenário Caranguejo reflecte-se nas áreas onde houve estagnação relativa ou retrocesso, designadamente fragilidade institucional, endividamento excessivo, baixa industrialização, desigualdade persistente e vulnerabilidade externa.

O cenário Cabrito esteve presente em fases de crescimento económico acelerado, sobretudo entre 2000 e 2015, impulsionado por investimento externo e megaprojectos. Contudo, esse crescimento mostrou-se pouco inclusivo e insuficientemente sustentável.

O cenário Abelha, correspondente ao ideal estratégico da Agenda 2025, desenvolvimento dinâmico, inclusivo, produtivo e institucionalmente sólido, nunca foi alcançado.

Em termos agregados, Moçambique chegou a 2025 como um país mais moderno, mais integrado e com melhores indicadores sociais do que em 2000, mas ainda distante de uma transformação estrutural plena. O principal traço do período foi o desfasamento entre crescimento económico e desenvolvimento efectivo, entre expansão institucional e qualidade governativa, e entre progresso quantitativo e prosperidade amplamente partilhada.

A principal lição estratégica da Agenda 2025 é clara: **o crescimento sem transformação produtiva, sem inclusão social e nem instituições eficazes, o resultado é produzir progresso parcial, vulnerável e reversível**, que caracterizou a trajectória de Moçambique durante os 25 anos em Moçambique. Moçambique registou avanços relevantes, mas não conseguiu consolidar uma trajectória de transformação estrutural. O país melhorou indicadores-chave, mas manteve níveis elevados de vulnerabilidade económica, social e institucional.

O principal desafio futuro consiste em transformar crescimento em inclusão, expansão em qualidade e instituições formais em resultados efectivos, assegurando uma trajectória de desenvolvimento mais robusta, resiliente e sustentável, buscando converter os poucos ganhos acumulados em bases sólidas para uma nova etapa de desenvolvimento nacional sustentável.

8 RECOMENDAÇÕES

As recomendações apresentadas nesta secção partem do reconhecimento de que Moçambique registou avanços importantes ao longo das últimas duas décadas, mas não conseguiu consolidar a transformação estrutural necessária para alcançar um desenvolvimento dinâmico, inclusivo e sustentável almejado pela Agenda 2025. Assim, as recomendações procuram orientar uma nova etapa de políticas públicas, combinando medidas imediatas, reformas estruturais de médio prazo e a formulação de uma nova visão nacional pós-2025, centrada na produtividade, capital humano, qualidade institucional, coesão social e melhor utilização dos recursos escassos do Estado.

8.1 Prioridades de Curto Prazo

No curto prazo, Moçambique deverá concentrar esforços na estabilização económica, na recuperação da confiança institucional e na criação de condições mínimas para uma nova fase de crescimento sustentável.

A primeira prioridade consiste no **reforço da disciplina macroeconómica**, através do controlo e gestão prudente da despesa pública, consolidação fiscal gradual e alguma flexibilização cambial que não ponha em causa a inflação e a previsibilidade cambial. A confiança macroeconómica é indispensável para reduzir incertezas e restaurar a confiança dos investidores.

A segunda prioridade deve incidir na **melhoria da qualidade da despesa pública**. Num contexto de recursos escassos, o Estado deve adoptar de forma mais rigorosa o critério do custo de oportunidade, assegurando que cada metical gasto ou renunciado produza o maior retorno possível para a sociedade. Isto exige avaliar criticamente subsídios, incentivos fiscais, isenções, privilégios económicos e despesas de baixo impacto, sobretudo quando beneficiam grupos limitados sem gerar emprego, produtividade ou valor acrescentado nacional. Recursos públicos actualmente absorvidos por benefícios pouco transparentes ou de retorno social reduzido devem ser progressivamente reorientados para capital humano, infra-estruturas produtivas e integração dos mercados.

A terceira prioridade consiste na **dinamização imediata da produção nacional**, com enfoque na agricultura, pequenas indústrias alimentares, pescas, agro-processamento e cadeias logísticas internas. O aumento da oferta doméstica pode contribuir para reduzir pressões inflacionárias, estimular emprego local, diminuir dependência externa e reforçar a segurança alimentar. Para isso, devem ser priorizadas intervenções rápidas em assistência técnica, acesso a insumos, armazenamento, transporte rural e ligação dos produtores aos mercados.

Em quarto lugar, impõe-se acelerar **programas de emprego juvenil e auto-emprego produtivo**. A juventude representa a principal reserva económica do país, mas também uma das maiores fontes de pressão social se permanecer excluída de oportunidades produtivas. Políticas activas de formação técnica, empreendedorismo, crédito orientado, estágios profissionais, obras públicas intensivas em trabalho e apoio a micro e pequenas empresas devem assumir prioridade imediata.

No plano social, recomenda-se a **expansão focalizada da protecção social básica** para famílias vulneráveis, zonas afectadas por choques climáticos, comunidades deslocadas e agregados expostos à insegurança alimentar. Esta medida é essencial para preservar a coesão social durante o ajustamento económico e evitar que choques temporários se transformem em pobreza persistente.

Em **matéria institucional**, o curto prazo exige medidas visíveis de melhoria da execução orçamental, simplificação administrativa, digitalização dos serviços públicos, transparência na contratação pública e redução de custos de transacção para cidadãos e empresas. A recuperação da confiança no Estado depende de resultados concretos, incluindo maior previsibilidade regulatória, tratamento igual perante a administração pública e redução de práticas que criam barreiras artificiais à actividade económica.

No domínio da segurança, torna-se essencial consolidar os ganhos da redução dos raptos, da estabilidade territorial afectada pelo terrorismo na zona norte do país, especialmente em zonas economicamente estratégicas, assegurando protecção das populações, continuidade das actividades produtivas e condições para o retorno seguro de deslocados. Sem segurança, previsibilidade e confiança institucional, os investimentos públicos e privados dificilmente produzirão os efeitos esperados.

8.2 Reformas Estruturais de Médio Prazo

No médio prazo, Moçambique deverá orientar-se para reformas capazes de alterar a estrutura produtiva nacional, elevar a produtividade e melhorar a qualidade das instituições públicas. A principal reforma económica consiste na promoção de uma transformação produtiva inclusiva, que reduza progressivamente a dependência de recursos naturais explorados em regime de enclave e aumente o peso de sectores capazes de gerar emprego, inovação, valor acrescentado e ligações com a economia doméstica. O desenvolvimento nacional deverá assentar cada vez mais no capital humano, na iniciativa dos cidadãos, no empreendedorismo e nas competências de uma população mais educada e produtiva.

A **transformação produtiva** deve privilegiar a agro-indústria, indústria ligeira, processamento local de recursos naturais, pescas, turismo, serviços modernos, economia digital e cadeias de valor regionais. O objectivo deve ser aumentar o conteúdo nacional da produção, reduzir a dependência de exportações primárias e criar emprego formal em escala. Para isso, será necessário combinar investimento público estratégico, investimento privado competitivo e políticas industriais selectivas, mas transparentes, sujeitas a avaliação de resultados.

Impõe-se igualmente uma **estratégia nacional de produtividade agrícola**, centrada em irrigação, sementes melhoradas, mecanização adaptada, extensão rural, armazenamento, financiamento rural e integração dos pequenos produtores em cadeias comerciais. A transformação rural será determinante para reduzir a pobreza, melhorar a segurança alimentar e criar uma base mais ampla de procura interna para a economia nacional.

No sector privado, recomenda-se uma **reforma profunda do ambiente de negócios**, orientada para a redução substancial dos custos de transacção. Isto implica simplificação fiscal, justiça comercial célere, energia competitiva, licenciamento menos burocrático, previsibilidade regulatória, acesso ao crédito e combate a práticas monopolísticas, cartelização e barreiras artificiais à entrada. A economia moçambicana precisa de um ambiente mais aberto, competitivo

e transparente, onde empresas cresçam pela produtividade e inovação, e não pela proximidade ao Estado ou pelo acesso a privilégios.

As pequenas e médias empresas nacionais devem tornar-se o núcleo central da criação de emprego formal. Para isso, é necessário melhorar o acesso a financiamento, mercados públicos, tecnologia, certificação, formação em gestão e integração em cadeias de valor. A contratação pública deve ser usada de forma mais estratégica, não para criar rendas ou dependências, mas para estimular concorrência, qualidade, formalização e desenvolvimento empresarial nacional.

No plano do capital humano, o país deve transitar da lógica de expansão quantitativa para uma **lógica de qualidade, aprendizagem e produtividade**. Isto implica melhorar a aprendizagem efectiva no ensino básico, expandir o ensino técnico-profissional, alinhar a formação superior com as necessidades económicas e reforçar os cuidados primários de saúde. A nova geração de políticas públicas deve incorporar tecnologias educacionais de nova geração, incluindo ferramentas digitais e inteligência artificial, para acelerar a superação de défices de aprendizagem, apoiar professores, personalizar conteúdos e ampliar o acesso a competências do século XXI.

A valorização do capital humano deve incluir também programas de requalificação profissional, formação contínua, atracção de competências da diáspora moçambicana e criação de pontes entre universidades, centros de investigação, empresas e administração pública. A transformação estrutural só será sustentável se for acompanhada por uma população mais preparada, saudável, criativa e livre para empreender.

Em matéria institucional, torna-se prioritária uma reforma do Estado entendida não apenas como reorganização de estruturas, mas como **reforma das regras** que orientam a relação entre cidadãos, empresas e poder público. O ponto de partida deve ser a reafirmação efectiva de princípios básicos: igualdade de todos perante a lei, previsibilidade das decisões públicas e eliminação de privilégios concedidos a pessoas ou empresas sem justificação económica e social demonstrável. Instituições fortes não são apenas aquelas que existem formalmente, mas aquelas que aplicam regras de forma imparcial, transparente e consistente.

A **profissionalização da administração pública** deve basear-se em mérito, avaliação de desempenho, responsabilização e gestão por resultados. O Estado deverá crescer menos em dimensão e mais em capacidade técnica. A expansão institucional deve ser acompanhada por maior produtividade, melhor coordenação intersectorial e maior capacidade de implementação.

Recomenda-se igualmente aprofundar a **descentralização fiscal e administrativa**, conferindo maiores competências e recursos aos níveis locais, acompanhados de mecanismos rigorosos de prestação de contas. A descentralização deve deixar de ser apenas expansão formal de estruturas e passar a representar verdadeira capacidade local de planificar, executar e responder às necessidades das populações.

Na área das finanças públicas, importa adoptar **regras fiscais credíveis para a sustentabilidade da dívida**, melhorar a eficiência da despesa e ampliar receitas internas sem penalizar excessivamente a actividade produtiva. As decisões sobre incentivos fiscais, garantias públicas, parcerias público-privadas e grandes projectos devem ser submetidas a análises rigorosas de custo-benefício, custo de oportunidade e impacto distributivo. Quando políticas

públicas geram benefícios concentrados e custos difusos para a sociedade, devem ser revistas ou eliminadas.

8.3 Nova Visão Nacional Pós-2025

O término do horizonte temporal da Agenda 2025 cria a necessidade de uma nova visão nacional de longo prazo, ajustada às realidades contemporâneas e aos desafios emergentes. Essa nova visão deverá preservar o mérito da Agenda 2025 enquanto exercício de pensamento estratégico nacional, mas incorporar as lições aprendidas ao longo das últimas duas décadas. A principal lição é que crescimento económico, por si só, não garante desenvolvimento sustentável se não for acompanhado por transformação produtiva, inclusão social, instituições eficazes e melhor alocação dos recursos públicos.

A nova visão nacional pós-2025 deverá assumir como objectivo central a transformação estrutural de Moçambique. O desenvolvimento do país deve depender progressivamente menos de ciclos de extracção de recursos naturais com fracas ligações à economia doméstica e mais da energia, criatividade, iniciativa e competências do povo moçambicano. Isto exige uma economia mais aberta, competitiva, produtiva e capaz de criar oportunidades para a maioria da população.

A nova estratégia deverá assentar em cinco eixos centrais. O primeiro é a transformação produtiva inclusiva, com prioridade ao emprego, industrialização, agro-processamento, inovação e diversificação económica. O segundo é a valorização do capital humano, com enfoque na juventude, educação de qualidade, formação técnico-profissional, saúde preventiva, competências digitais e aproveitamento das oportunidades criadas pela inteligência artificial. O terceiro é a governação eficaz e íntegra, baseada em resultados, transparência, igualdade perante a lei e eliminação de privilégios. O quarto é a coesão territorial e social, reduzindo assimetrias regionais, fortalecendo economias locais e promovendo inclusão de mulheres e jovens. O quinto é a resiliência climática e sustentabilidade ambiental, dada a crescente exposição do país a choques naturais.

A nova agenda deverá também integrar de forma explícita a economia digital, a transição energética, a urbanização acelerada, a industrialização verde, a integração regional e o aproveitamento estratégico dos recursos minerais e energéticos. Contudo, estes recursos devem ser vistos como instrumentos para financiar a transformação nacional, e não como substitutos da transformação produtiva. O desafio central não será apenas crescer, mas crescer com empregos, conhecimento, produtividade e valor acrescentado nacional.

Recomenda-se que a nova visão nacional seja construída através de um amplo processo participativo, envolvendo Estado, sector privado, academia, juventude, comunidades, organizações da sociedade civil, diáspora e parceiros de desenvolvimento. Tal como ocorreu com a Agenda 2025, a legitimidade da visão futura dependerá da sua apropriação colectiva. Contudo, a nova agenda deverá ir além da definição de aspirações gerais, incorporando metas mensuráveis, responsabilidades institucionais claras, mecanismos independentes de monitoria e revisões periódicas baseadas em evidência.

Em termos estratégicos, Moçambique entra no período pós-2025 com oportunidades relevantes: recursos naturais abundantes, localização geográfica estratégica, população jovem, potencial agrícola, corredores logísticos e experiência acumulada de reformas. Contudo, essas vantagens só produzirão prosperidade duradoura se forem acompanhadas por instituições fortes, regras

imparciais, políticas públicas consistentes e uma alocação rigorosa dos recursos escassos do Estado.

A recomendação central é que o país passe de uma fase de crescimento intermitente para uma fase de transformação estrutural contínua. Para isso, deve reduzir barreiras à iniciativa privada, eliminar privilégios improdutivos, investir massivamente em capital humano, integrar mercados internos, fortalecer a capacidade do Estado e orientar os recursos públicos para áreas de maior retorno social. O objectivo pós-2025 deverá ser aproximar Moçambique do cenário Abelha idealizado pela Agenda 2025: uma economia dinâmica, uma sociedade inclusiva e um Estado eficaz ao serviço do desenvolvimento nacional.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco de Moçambique. Relatórios Anuais e Estatísticas Macroeconómicas, vários anos.

Banco Mundial. World Development Indicators (WDI). Washington, D.C.: Banco Mundial, vários anos.

Banco Mundial. Worldwide Governance Indicators (WGI). Washington, D.C.: Banco Mundial, vários anos.

Fundo Monetário Internacional. Relatórios do Artigo IV e Avaliações Macroeconómicas de Moçambique, vários anos.

Governo de Moçambique. Agenda 2025: Visão e Estratégia da Nação. Maputo, 2003.

Ministério da Economia e Finanças. Conta Geral do Estado (CGE), vários anos.

Ministério da Economia e Finanças. Plano Económico e Social (PES) e Balanço do Plano Económico e Social (BdPES), vários anos.

Ministério da Economia e Finanças. Relatórios da Dívida Pública, vários anos.

Instituto Nacional de Estatística. Anuários Estatísticos, vários anos.

Instituto Nacional de Estatística. Inquéritos aos Agregados Familiares e Indicadores Sociais, vários anos.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatórios de Desenvolvimento Humano, vários anos.